

XXXIII SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2026
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Módulo 14 – Padrões Contábeis Internacionais Aplicados ao Setor Público

Organização e Realização:



SECRETARIA DA
FAZENDA



Sumário

- 1 Principais marcos na evolução da contabilidade pública
- 2 Processo de convergência no setor público no Brasil
- 3 Ambiente normativo nacional
- 4 Avaliação e autoavaliação da contabilidade
- 5 Programa de trabalho - IPSASB
- 6 Usos da informação contábil
- 7 Outros padrões internacionais de contabilidade
- 8 Desafios e pontos de atenção

1 Principais marcos na evolução da contabilidade pública



Criação do
Grupo
Assessor do
CFC

I - Publicação das 11 primeiras

NBC TSP (NBCASP)

NBC T 16.1 NBC T 16.7
NBC T 16.2 NBC T 16.8
NBC T 16.3 NBC T 16.9
NBC T 16.4 NBC T 16.10
NBC T 16.5 NBC T 16.11

~~SISTN~~ Sistema de Coleta
de Dados Contábeis

 siconfi

II - Documento: orientações Estratégicas da CASP

I – Manual da
Receita
II – Manual da
Despesa



Tradução das IPSAS para português

MCASP 2ª edição:
Divisão em
capítulos
I – PCO
II – PCP
III – PCE
IV – PCASP
V – DCASP

MCASP 3ª edição



MCASP 4ª edição



MCASP 5ª edição



 PCASP
TESOURO NACIONAL

IPC 00 (Plano
Transição)
IPC 01 (RP)
IPC 02 (créditos
tributários)
IPC 03
(Encerramento
PCASP)

MCASP 6ª edição



IPC 04 (BP)
IPC 05 (DVP)
IPC 06 (BF)
IPC 07 (BO)
IPC 08 DFC

2006

2007

Port. STN nº
136, de 6 de
março de 2007

2008

Portaria MF
184/2008

2009

Decreto
6.976/2009
Sistema de
Contabilidade
Federal

2010

Decreto
7.185/2010
Padrão Mínimo de
Qualidade dos
Sistemas
SIAFIC

2011

PORTARIA STN nº
406/2011
• PCP – 2012
• PCE – 2012
• PCASP & DCASP
U/E – 2012
• PCASP & DCASP
M – 2013

2012

• PORTARIA STN nº
828/2011
• PCE – 2012
• PCP, PCASP & DCASP –
pactuação em até 90 dias
de cronograma de ações
junto ao TC do qual é
jurisdic. até 2014.

2013

2014

PRAZOS

1 Principais marcos na evolução da contabilidade pública



31

PIPCP
Plano de
Implantação
dos
procediment
os contábeis
patrimoniais

2015

Portaria STN nº
548/2015 (PIPCP)

**Boletim de Finanças dos
Entes Subnacionais
2016**

Secretaria do Tesouro Nacional
Ministério da Fazenda

MCASP 7ª edição



**IPC 10
Consórcios**

2016

NBC TSP 06
NBC TSP 07
NBC TSP 08
NBC TSP 09
NBC TSP 10

**Criação da
CTCONF**
(substituindo
o GTCON /
GTREL)

**IPC 11
Retenções**

2017

Portaria STN nº 767, de
15 de setembro de 2017

NBC TSP 11
NBC TSP 12
NBC TSP 13
NBC TSP 14
NBC TSP 15
NBC TSP 16
NBC TSP 17
NBC TSP 18
NBC TSP 19
NBC TSP 20
NBC TSP 21

MCASP 8ª edição



**IPC 12 Imobiliz.
IPC 13 Dir. Credit.
IPC 14 RPPS
IPC 15 Dep. Jud.**

2018

NBC TSP 23
NBC TSP 24
NBC TSP 25
NBC TSP 26



**Plano
Estratégico
GA-CFC
2019-2023**

RANKING
da QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
CONTÁBIL E FISCAL
no SICOMFI

2019

NBC TSP 27
NBC TSP 28
NBC TSP 29

**Decreto
10.265/2020
(CTCONF)**

**'Recriação'
da CTCONF**

CTCONF

**IPC 06 BF
IPC 08 DFC
(revisão)**

**IPC 16
Benefícios
fiscais**

2020

10.540/2020
(SIAFIC)

NBC TSP 30
NBC TSP 31
NBC TSP 32
NBC TSP 33
NBC TSP 34

**VII SBCASP
IPSAS
convergadas**



**I Workshop
CASP
CFC**

2021

**VIII SBCASP
Custos**

**IPC 14 RPPS
(revisão)**

2022

**CTSP 01
Provisões**

**IX SBCASP
Sustentabili-
dade**

11.664/2023
(SIAFIC)

2023

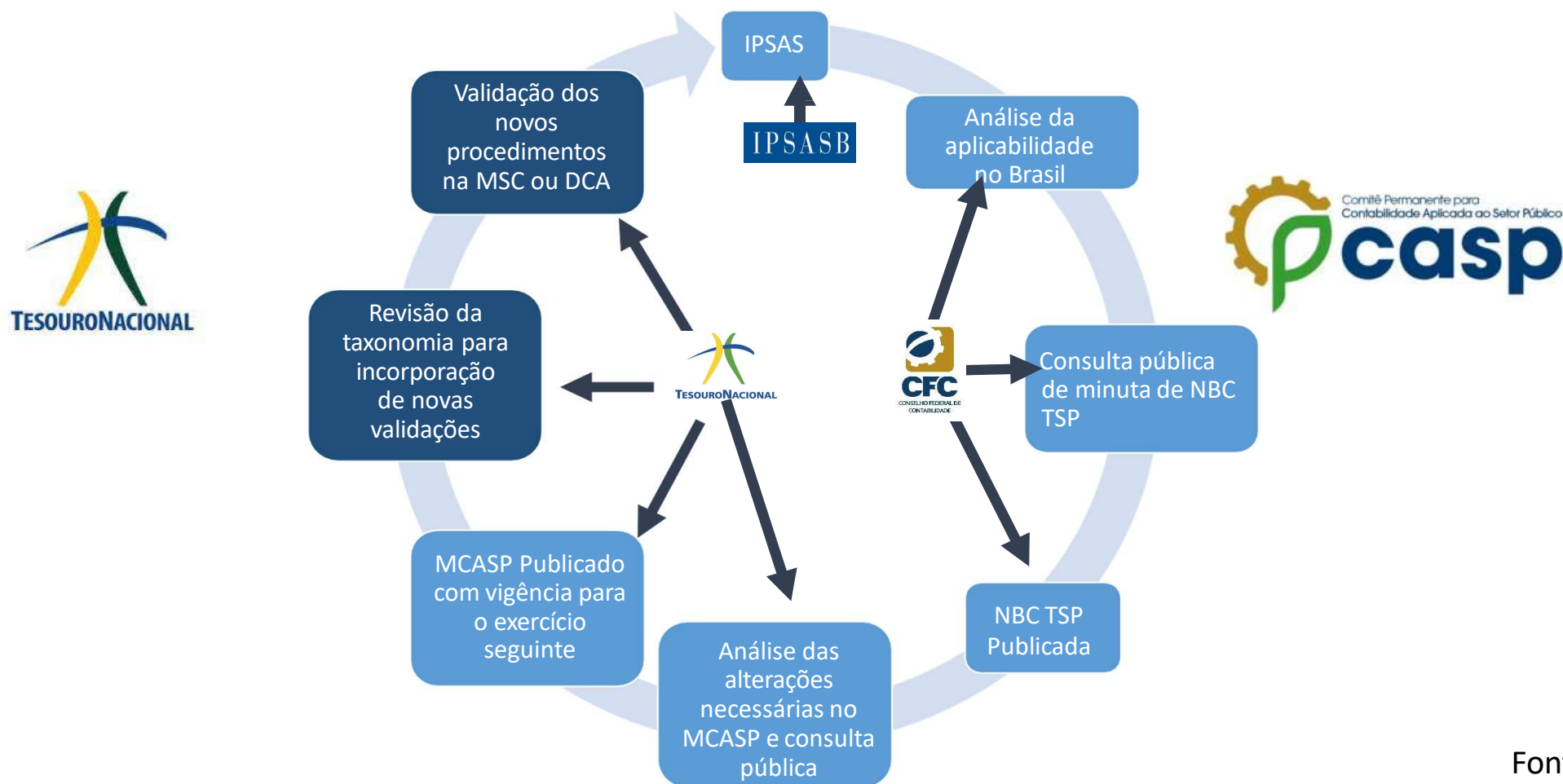
**CTSP 02
Notas
Explicativas**

**Plano
Estratégico
CP-CASP
2025-2029
(minuta)**

2024

2 Processo de convergência no setor público no Brasil

Fluxo do processo de convergência no Brasil



Fonte: STN

2 Processo de convergência no setor público no Brasil

Comitê Permanente de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CP CASP

■ Assessorar o CFC:

- harmonização entre os padrões normativos;
- tradução das Ipsas para a língua portuguesa; e
- análise da aplicabilidade das normas internacionais à realidade dos entes públicos brasileiros.



2 Processo de convergência no setor público no Brasil

Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação - CCONF

Competências:

- **Normatização**
- **Sistematização**
- **Transparência e Consolidação da Contas Públicas**
- **Orientações aos entes da Federação**
- **Capacitação e Apoio Federativo**



2 Processo de convergência no setor público no Brasil

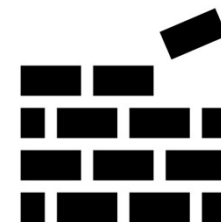
Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CTCONF/SUCON/STN

O que temos hoje?

- Ranking (2019 em diante)
- RREO e RGF em Foco
- Padronização Contábil (Fontes)
- Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC 16)
- Novas Edições: MCASP (11ª) e MDF (14ª)

O que está por vir?

- Manuais – Versões *On line*
- PLP 295, de 2016 (Substitui Lei 4320, de 1964) e Responsabilidade previdenciária
- Siafic
- Secofem (RS; Junho; MT, agosto)

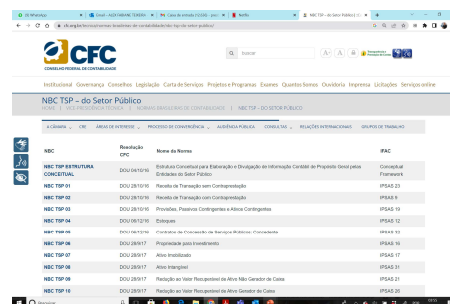


2 Processo de convergência no setor público no Brasil

Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – CP CASP/CFC

O que temos hoje?

- Estrutura Conceitual + 34 normas publicadas
- Normas vigentes em 2024: 34
- 2 Comunicados Técnicos – CTSP 01 (Provisões) e CTSP 02 (Notas Explicativas)



NBC	Revisão	Nome da Norma	ISC
NBC TSP ESTRUTURAL CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estados da Contabilidade para a Elaboração e Divulgação de Informações Contábeis do Setor Público	Contabilidade Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Revisão de Transações com Contingências	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Revisão de Transações com Contingências	IPSAS 19
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 08/12/16	Estornos	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 08/12/16	Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	IPSAS 19
NBC TSP 06	DOU 28/01/17	Propriedade pelo Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	DOU 28/01/17	Ativo Intangível	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/01/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/01/17	Revisão de Valor Residual de Ativos Não Gerados de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/01/17	Revisão de Valor Residual de Ativos Gerados de Caixa	IPSAS 20

<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

O que está por vir?

- Processo de revisão das normas já emitidas.
- Manifestações – Consultas Públicas (CP e ED)
- Convergência das novas IPSAS:
 - 43 - Arrendamentos;
 - 44 - Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas;
 - 45 - Imobilizado;
 - 46 - Mensuração
 - 47 - Receita; e
 - 48 - Despesas de transferência.

2 Processo de convergência no setor público no Brasil

Como contribuir / participar?

Site: <https://cfc.org.br/cp-casp>

1 Audiências públicas

Normas

Normas em vigor

Audiências Públicas Abertas

Audiências Públicas Encerradas

CTSP 01 - Provisões e Passivos Contingentes

Audiência iniciada em 21 de dezembro 2022 e encerrada em 20 de janeiro de 2023

Link: <https://www.gov.br/participamaissbrasil/ctsp01>

 Participa + Brasil

O que você procura?



1

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, CTSP 01, DE XX DE XXX DE 2023

1

2

Orienta os profissionais da contabilidade que atuam nas entidades públicas quanto ao reconhecimento, à mensuração e à evidência das provisões, e às divulgações exigidas de passivos contingentes, de acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

0

3

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295/1946, alterado pela Lei nº 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário o seguinte Comunicado Técnico (CT):

0

4

CTSP 01 - PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

0

SUMÁRIO	Item
OBJETIVO	1 - 2
INTRODUÇÃO	3
PROCEDIMENTOS PARA O RECONHECIMENTO	4 - 10
VIGÊNCIA	11
APÊNDICE 1 - EXEMPLOS	
APÊNDICE 2 - TABELAS E ÁRVORE DE DECISÃO	

5

OBJETIVO

0

6

1. Este Comunicado Técnico tem por objetivo orientar os profissionais da contabilidade que atuam nas entidades públicas quanto ao reconhecimento, à mensuração e à evidência das provisões, e às divulgações exigidas de passivos contingentes, de acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

1

7

2. Exemplos, tabelas e árvore de decisão apresentados neste Comunicado Técnico acompanham a IPSAS 19 (convergida para a NBC TSP 03), com adaptações de modo a orientar a aplicação da Norma para as entidades do setor público.

0

2 Processo de convergência no setor público no Brasil

Como contribuir / participar?

Site: <https://cfc.org.br/cp-casp>

2 Acompanhamento do CP-CASP

- Transparência das reuniões (atas disponíveis)
- Projeto: CP CASP vai até você
- Participação direta nas reuniões do CP-CASP (sede do CFC)

Atas das Reuniões

2017

- GA_TSP_Atta 11ª Ordinária_07_e_08_fevereiro_2017
- GA_TSP_Atta 12ª Ordinária_21_e_22_março_2017
- GA_TSP_Atta 13ª Ordinária_29_a_31_maio_2017
- GA_TSP_Atta 14ª Ordinária_13_e_14_junho_2017
- GA_TSP_Atta 15ª Ordinária_22_e_23_agosto_2017
- GA_TSP_Atta 16ª Ordinária_05_e_06_outubro_2017
- GA_TSP_Atta 17ª Ordinária_28_e_29_novembro_2017
- GA_TSP_Atta 18ª Ordinária_12_e_13_dezembro_2017

2018

- GA_TSP_Atta 19ª Ordinária_06_e_07_fevereiro_2018
- GA_TSP_Atta 20ª Ordinária_13_e_14_março_2018
- GA_TSP_Atta 21ª Ordinária_10_e_11_abril_2018
- GA_TSP_Atta 22ª Ordinária_15_e_16_maio_2018
- GA_TSP_Atta 23ª Ordinária_15_e_16_maio_2018
- GA_TSP_Atta 24ª Ordinária_07_e_08_julho_2018
- GA_TSP_Atta 25ª Ordinária_04_e_05_setembro_2018
- GA_TSP_Atta 26ª Ordinária_03_e_04_de_outubro_de_2018
- GA_TSP_Atta 27ª Ordinária_27_a_29_de_novembro_de_2018

3

Ambiente normativo nacional

Discussão sobre o ambiente normativo. Cada instrumento tem um papel específico de normatização / orientação.



a) **NBCTSP** - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público



b) **CTSP** – Comunicados Técnicos aplicados ao Setor Público



c) **MCASP** – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público



d) **IPC** – Instruções de Procedimentos Contábeis



e) **MDF** – Manual de Demonstrativos Fiscais

[RESOLUÇÃO CFC N.º 1.328/11](#) - Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade

3

Ambiente normativo nacional

XXXII SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2025
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Join at menti.com | use code 3791 1849

 Mentimeter

Em uma escala entre 0 (nenhum acesso) a 10 (leitura total), o quanto você costuma acessar e ler as seguintes publicações a seguir:

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Instruções de Procedimentos Contábeis

MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais

Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais

CTSP – Comunicados Técnicos aplicados ao Setor Público

Acessar com a câmera do celular apontada para o QR-CODE, ou acesse o site <https://www.menti.com> e use o código apresentado



3 Ambiente normativo nacional

Relação IPSAS X NBCTSP

IPSAS	Title	Título	Effective Date	Status	NBC TSP	DOU
CF	Conceptual Framework	Estrutura conceitual	2017	2014 Version	NBC TSP - EC	DOU 04/10/16
CF	Updated Conceptual Framework	Estrutura conceitual - atualizada			Not Converged	--
IPSAS 23	Revenue from Non-Exchange Transactions	Receita de Transação sem Contraprestação	2017	Handbook 2016	NBC TSP 01	DOU 28/10/16
IPSAS 9	Revenue from Exchange Transactions	Receita de Transação com Contraprestação	2017	Handbook 2016	NBC TSP 02	DOU 28/10/16
IPSAS 19	Provisions, Contingent Liabilities, Contingent Assets	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	2017	Handbook 2016	NBC TSP 03	DOU 28/10/16
IPSAS 12	Inventories	Estoques	2017	Handbook 2016	NBC TSP 04	DOU 06/12/16
IPSAS 32	Service Concession Arrangements: Grantor	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	2017	Handbook 2016	NBC TSP 05	DOU 06/12/16
IPSAS 16	Investment Property	Propriedade para Investimento	2019	Handbook 2016	NBC TSP 06	DOU 28/9/17
IPSAS 17	Property, Plant and Equipment	Ativo Imobilizado	2019	Handbook 2016	NBC TSP 07	DOU 28/9/17
IPSAS 31	Intangible Assets	Ativo Intangível	2019	Handbook 2016	NBC TSP 08	DOU 28/9/17
IPSAS 21	Impairment of Noncash-generating Assets	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	2019	Handbook 2016	NBC TSP 09	DOU 28/9/17
IPSAS 26	Impairment of Cash-Generating Assets	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	2019	Handbook 2016	NBC TSP 10	DOU 28/9/17
IPSAS 1	Presentation of Financial Statements	Apresentação das Demonstrações Contábeis	2019	Handbook 2016	NBC TSP 11	DOU 31/10/18
IPSAS 2	Cash Flow Statements	Demonstração dos Fluxos de Caixa	2019	Handbook 2016	NBC TSP 12	DOU 31/10/18
IPSAS 24	Presentation of Budget Information in Financial Statements	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	2019	Handbook 2016	NBC TSP 13	DOU 31/10/18
IPSAS 5	Borrowing Costs	Custos de Empréstimos	2019	Handbook 2016	NBC TSP 14	DOU 31/10/18
IPSAS 39	Employee Benefits	Benefícios a Empregados	2019	A confirmar	NBC TSP 15	DOU 31/10/18
IPSAS 34	Separate Financial Statements	Demonstrações Contábeis Separadas	2021	Handbook 2016	NBC TSP 16	DOU 31/10/18
IPSAS 35	Consolidated Financial Statements	Demonstrações Contábeis Consolidadas	2021	Handbook 2016	NBC TSP 17	DOU 31/10/18
IPSAS 36	Investments in Associates and Joint Ventures	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	2021	Handbook 2016	NBC TSP 18	DOU 31/10/18
IPSAS 37	Joint Arrangements	Acordos em Conjunto	2021	Handbook 2016	NBC TSP 19	DOU 31/10/18
IPSAS 38	Disclosure of Interests in Other Entities	Divulgação de Participações em Outras Entidades	2021	Handbook 2016	NBC TSP 20	DOU 31/10/18
IPSAS 40	Public Sector Combinations	Combinações No Setor Público	2021	A confirmar	NBC TSP 21	DOU 31/10/18
IPSAS 20	Related Party Disclosures	Divulgação sobre Partes Relacionadas	2021	Handbook 2016	NBC TSP 22	DOU 28/11/19
IPSAS 3	Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	2021	Handbook 2016	NBC TSP 23	DOU 28/11/19
IPSAS 4	The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações	2021	Handbook 2016	NBC TSP 24	DOU 28/11/19
IPSAS 14	Events after the Reporting Date	Evento Subsequente	2021	Handbook 2016	NBC TSP 25	DOU 28/11/19
IPSAS 27	Agriculture	Ativo Biológico e Produto Agrícola	2021	Handbook 2016	NBC TSP 26	DOU 26/11/19
IPSAS 18	Segment Reporting	Informações por Segmento	2022	Handbook 2016	NBC TSP 27	DOU 04/11/20
IPSAS 22	Disclosure of Financial Information	Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral.	2022	Handbook 2016	NBC TSP 28	DOU 04/11/20

3 Ambiente normativo nacional

IPCS – INSTRUÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

IPCs já publicadas até o momento:

- IPC 00 - Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- IPC 01 - Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- IPC 02 - Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP (atualizado em outubro 2017)
- IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial (atualizado em junho 2015)
- IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário (atualizado em junho 2015)
- IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- ~~IPC 09 – Contabilização dos Ganhos e Perdas do RPPS~~ (revogada pela IPC 14)
- IPC 10 - Contabilização de Consórcios Públicos
- IPC 11 - Contabilização de Retenções
- IPC 12 - Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis
- IPC 13 - Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios
- IPC 14 - Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS
- IPC 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais
- IPC 16 – Benefícios fiscais

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/instrucoes-de-pronunciamentos-contabeis-ipcs>

3 Ambiente normativo nacional

XXXII SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2025
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Join at menti.com | use code 3791 1849

Mentimeter

Em uma escala entre 0 (nenhum conhecimento) e 10 (leitura total), o **quanto você compreende** as seguintes normas ou regras:

IPCs - Instruções de Procedimentos Contábeis

IPSAS

Regras de execução orçamentária

NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação (2016)

NBCTSP 06 - Propriedade para Investimento (2017)

NBC TSP 14 - Custos de Empréstimos (2018)

NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (2019)

NBC TSP 34 - Custos no Setor Público (2021)

Acessar com a câmera do celular apontada para o QR-CODE, ou acesse o site <https://www.menti.com> e use o código apresentado



3

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	União ⁽¹⁾	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
	DF e Estados	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	União	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	DF e Estados	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>demais créditos a receber</u>, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da <u>Dívida Ativa, tributária e não-tributária</u>, e respectivo ajuste para perdas ⁽²⁾	União	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
	DF e Estados	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>provisões por competência</u> ⁽¹⁾	União ⁽²⁾	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
6. Evidenciação de <u>ativos e passivos contingentes</u> em contas de controle e em notas explicativas.	União ⁽²⁾	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	União ⁽¹⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016) ⁽²⁾
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	União	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	DF e Estados	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
	Municípios <u>acima</u> de 50 mil habitantes	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2023	01/01/2024	2025 (Dados de 2024)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – TSP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

(de acordo com o TSP e do IV)	Preparação dos sistemas e procedimentos	Validação pelo TSP e Confissão (a partir de)
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectivamente depreciação, amortização, exaustão; reavaliação ao valor recuperável passível de IPTU, IPTAS, NBC T.		2021
		2022 (Dados de 2021)
		2023 (Dados de 2022)
		2024 (Dados de 2023)
	31/12/2024	2025 (Dados de 2024)

Obs. PORTARIA Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 – Suspensão do prazo de implantação do procedimento contábil patrimonial de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural.

Site: <https://portal.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-10.300-de-1-de-dezembro-de-2022-448010014>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de <u>empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias</u>.	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de <u>benefícios a empregados</u> (ex.: 13º salário, férias, etc.).	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da <u>provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.</u>	União ⁽¹⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados ⁽²⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes ⁽²⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes ⁽²⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>obrigações com fornecedores</u> por competência.	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>demais obrigações</u> por competência.	União	A ser definido em ato normativo específico.		
	DF e Estados			
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes			
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes			

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	União	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	DF e Estados	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
16. <u>Outros ativos intangíveis</u> e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	União	A ser definido em ato normativo específico.		
	DF e Estados			
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes			
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes			

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação {→→→}	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>investimentos permanentes</u>, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>estoques</u>.	União	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	DF e Estados	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.</u>	União	A ser definido em ato normativo específico.		
	DF e Estados			
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes			
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes			

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
20. Reconhecimento, mensuração e evidência dos benefícios sociais	União	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Estados/DF	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2026	01/01/2027	2028 (dados de 2027)
21. Reconhecimento, mensuração e evidência dos instrumentos financeiros	União	31/12/2026	01/01/2027	2028 (dados de 2027)
	Estados/DF	31/12/2026	01/01/2027	2028 (dados de 2027)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2026	01/01/2027	2028 (dados de 2027)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
22. Reconhecimento, mensuração e evidênciação Arrendamentos	União	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Estados/DF	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2028	01/01/2029	2030 (dados de 2029)
23. Reconhecimento, mensuração e evidênciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas	União	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Estados/DF	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2028	01/01/2029	2030 (dados de 2029)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento	União	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Estados/DF	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2028	01/01/2029	2030 (dados de 2029)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1)	União	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Estados/DF	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2030	01/01/2031	2032 (dados de 2031)
26. Reconhecimento, mensuração e evidência Receita	União	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Estados/DF	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2030	01/01/2031	2032 (dados de 2031)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
27. Despesas de Transferência	União	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Estados/DF	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2030	01/01/2031	2032 (dados de 2031)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3

Ambiente normativo nacional

XXXII SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2025
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Join at menti.com | use code 3791 1849

Mentimeter

Em uma escala entre 0 (sem implementação) e 10 (implementação total), o quanto você entende que as políticas **estão implementadas** em sua entidade:

Créditos por competência

Perdas estimadas de créditos

Provisões

Depreciação de bens

Mensuração de estoques

Reconhecimento de Intangíveis

Benefícios a empregados

Reconhecimento de Provisão Atuarial

Acessar com a câmera do celular apontada para o QR-CODE, ou acesse o site <https://www.menti.com> e use o código apresentado



4

Avaliação e autoavaliação da contabilidade

Public Sector Accounting Assessment

PULSE Framework

O que é o PULSE?

- Trata-se de uma **metodologia de avaliação** da contabilidade aplicada ao setor público (PSA)
- Originalmente construído como um *framework* de autoavaliação pelos governos (países, órgãos)
- Possui forte processo de asseguração de qualidade (mecanismos de governança com papéis definidos)



<https://cfrr.worldbank.org/publications/public-sector-accounting-assessment-pulse-framework-handbook>

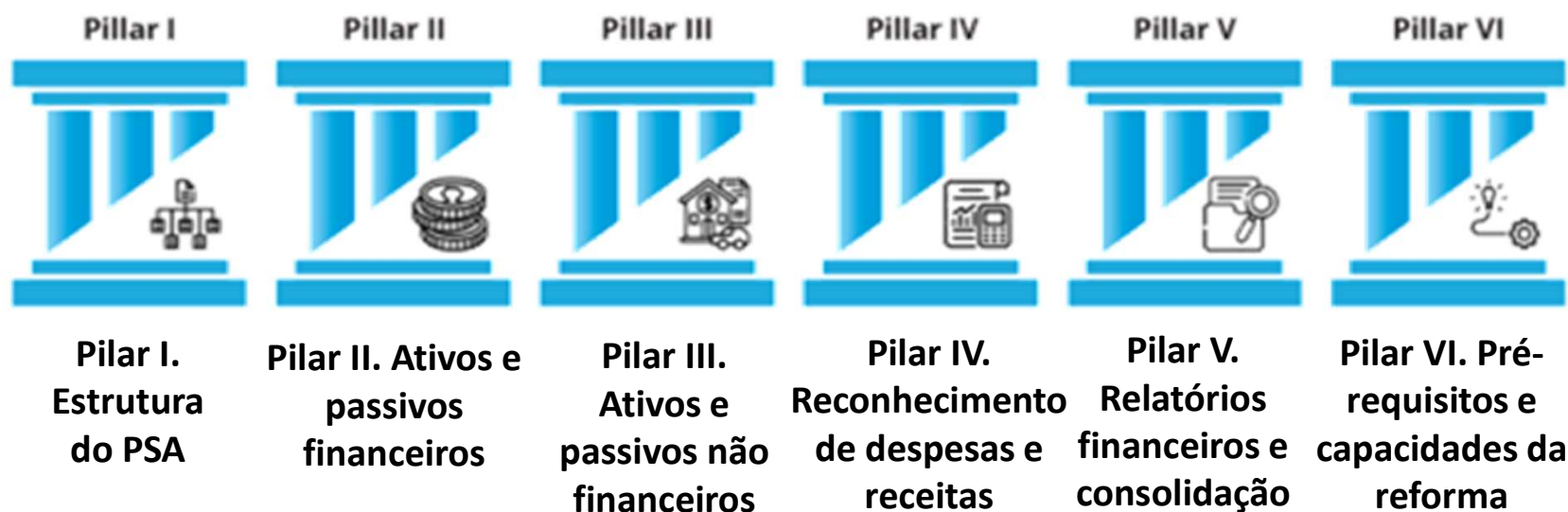
4

Avaliação e autoavaliação da contabilidade

Public Sector Accounting Assessment

PULSE Framework

Dimensões



29 indicadores

105 dimensões

4

Avaliação e autoavaliação da contabilidade

Public Sector Accounting Assessment

PULSE Framework

Exemplo:



Pilar III. Ativos e passivos não financeiros

IPSAS 12 “Estoques”

PI-8: Estoques

Pontuação		
Conceitual	Atual	Requisitos
A	A	Os estoques são mensurados pelo valor mais baixo entre o custo (ou valor justo) ou valor realizável líquido (ou custo de reposição atual), sendo que o custo é definido como o preço de compra mais ou menos todos os elementos do custo. O critério de avaliação é PEPS ou média ponderada.
B	B	Os estoques são mensurados pelo valor mais baixo entre o custo (ou valor justo) ou valor realizável líquido, sendo que o custo é definido como o preço de compra mais ou menos pelo menos três elementos do custo. O critério de avaliação é PEPS ou média ponderada.
C	C	Os estoques são mensurados pelo seu custo. O custo é definido como o preço de compra mais ou menos pelo menos dois elementos do custo.
D	D	O desempenho é inferior ao necessário para obter uma pontuação C.

- **A: Full compliance with IPSAS**
- B: High degree of compliance
- **C: Basic level of performance on accrual basis**
- D: Less than C requirements

4

Avaliação e autoavaliação da contabilidade

TESOURO NACIONAL
TRANSPARENTE

ção Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi

Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi

O Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal é uma iniciativa da Secretaria do Tesouro Nacional que foi criada para avaliar a consistência da informação que o Tesouro recebe por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi – e, consequentemente, disponibiliza para acesso público.

A intenção deste trabalho é fomentar a melhoria da qualidade da informação utilizada tanto pelo Tesouro Nacional quanto pelos diversos usuários dessa informação.

Esta primeira versão do ranking foi baseada nos dados de 2018 e utilizou verificações simples, como a verificação da igualdade de valores entre relatórios diferentes. Para os próximos anos, serão inseridas verificações mais complexas e que terão mais peso no ranqueamento.

As bases de dados foram extraídas do Siconfi no dia 11/12/2019, considerando as declarações homologadas até dia 10/12/2019.

O ranking é dividido em quatro dimensões de avaliação: gestão da informação (D_I), contábil (D_II), fiscal (D_III) e contábil x fiscal (D_IV). Para a versão de 2018, não foram aplicadas verificações da D_I (gestão da informação) que verifica o comportamento dos entes no envio das informações.

Para o ranking referente ao exercício de 2019, serão acrescentadas verificações da dimensão de gestão da informação (D_I), bem como, a inserção da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) no rol de origens de informação.

<https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>

4 Avaliação e autoavaliação da contabilidade

Conteúdo 1 Menu 2 Busca 3 Rodapé 4

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Buscar no Site

 **siconfi**
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais do
Setor Público Brasileiro
Área Pública

Acessar Área Restrita

[Apresentação](#) [Publicações](#) [Taxonomia](#) [Matriz de Saldos Contábeis](#) [Consultas](#) [CAUC](#)

[Ajuda](#) 

[Página Inicial](#) / [Conteúdo](#) / [Portaria cria o Prêmio "Qualidade da Informação Contábil e Fiscal"](#)

Quinta-feira, 27 de Julho de 2023, 15h52min.

Portaria cria o Prêmio "Qualidade da Informação Contábil e Fiscal"

Objetivo é fomentar a transparência e a melhoria da qualidade das informações contábeis da federação

Foi publicada hoje a [Portaria STN/MF nº 807](#) que cria o Prêmio "Qualidade da Informação Contábil e Fiscal" para os entes da Federação.

O objetivo é fomentar a transparência e a melhoria da qualidade das informações contábeis dos Estados e municípios e visa reconhecer e premiar Estados, municípios e os profissionais responsáveis pelo envio de informações contábeis consistentes e de qualidade ao Tesouro Nacional.

O Prêmio será baseado no [Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal](#) do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi, lançado em 2020 pelo Tesouro Nacional com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade e da consistência dos dados fiscais e contábeis enviados pelos entes da Federação. O Ranking atualmente conta com mais de 100 checagens automatizadas de consistência das informações inseridas por Estados e municípios no Siconfi.

Serão reconhecidos os três primeiros colocados em quatro categorias: Estados e Distrito Federal; capitais; municípios com mais de cem mil habitantes e municípios com até cem mil habitantes. Os entes premiados receberão um troféu ou placa e os profissionais de contabilidade responsáveis pelo envio das informações no Siconfi receberão certificados individuais de reconhecimento.

PORTARIA STN/MF Nº 807, DE 25 DE JULHO DE 2023

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-stn/mf-n-807-de-25-de-julho-de-2023-498835822>

About the Board

International Public Sector Accounting Standards Board

- The global public sector financial reporting standard setter
- Independent Board: 18 Board members from around World
- Activities funded by International Federation of Accountants (IFAC), ADB and sovereign governments

International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)

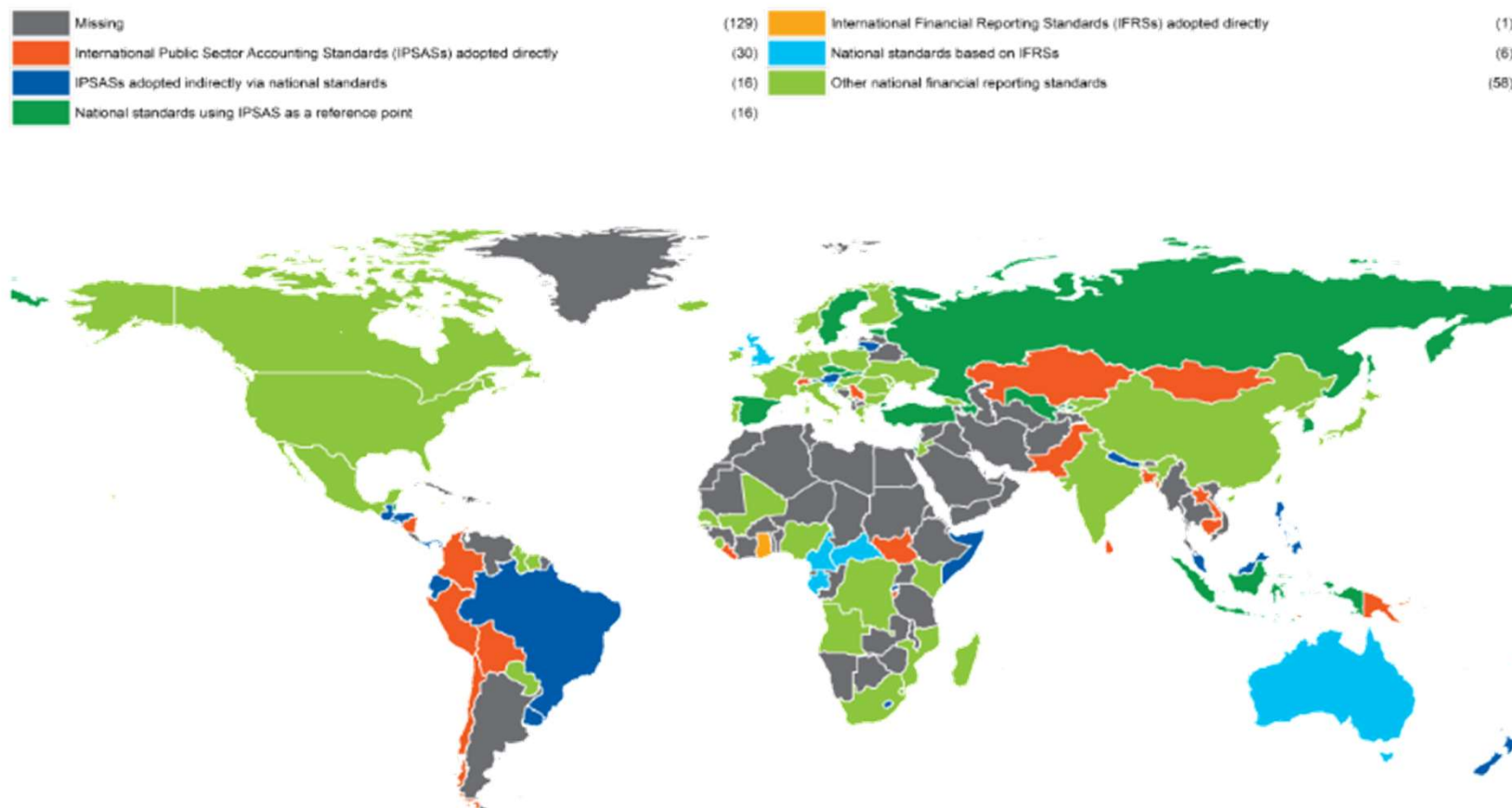
- Guidance developed via inclusive, open, and transparent due process
- 39 Accrual-based IPSAS and 3 Recommended Practice Guidelines
- Independent oversight under Public Interest Committee (representatives from WB, IMF, OECD and INTOSAI)



2025 IPSASB Members

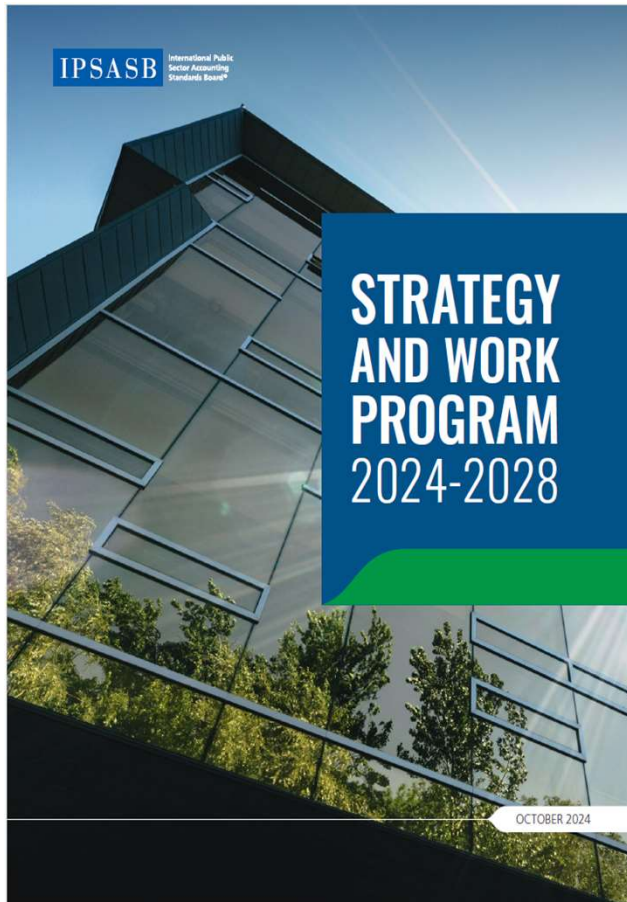


5 Programa de trabalho - IPSASB



https://www.ifac.org/_flysystem/azure-private/Standards-Adoption-by-Country.pdf

Strategy



Strengthening Public Financial Management and sustainable development globally through increasing adoption and implementation of accrual IPSAS and International Public Sector Sustainability Reporting Standards.

DELIVERING GLOBAL STANDARDS

- Addressing Constituents' Needs
- Collaborating Internationally
- Clarifying Principles

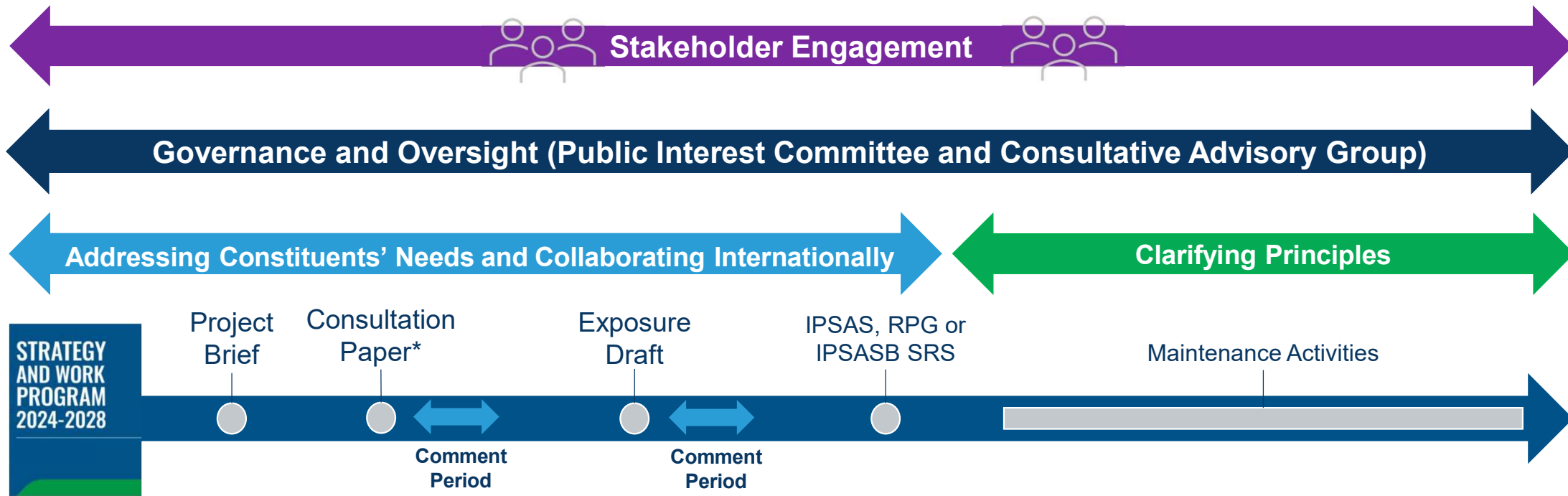


INSPIRING ADOPTION AND IMPLEMENTATION

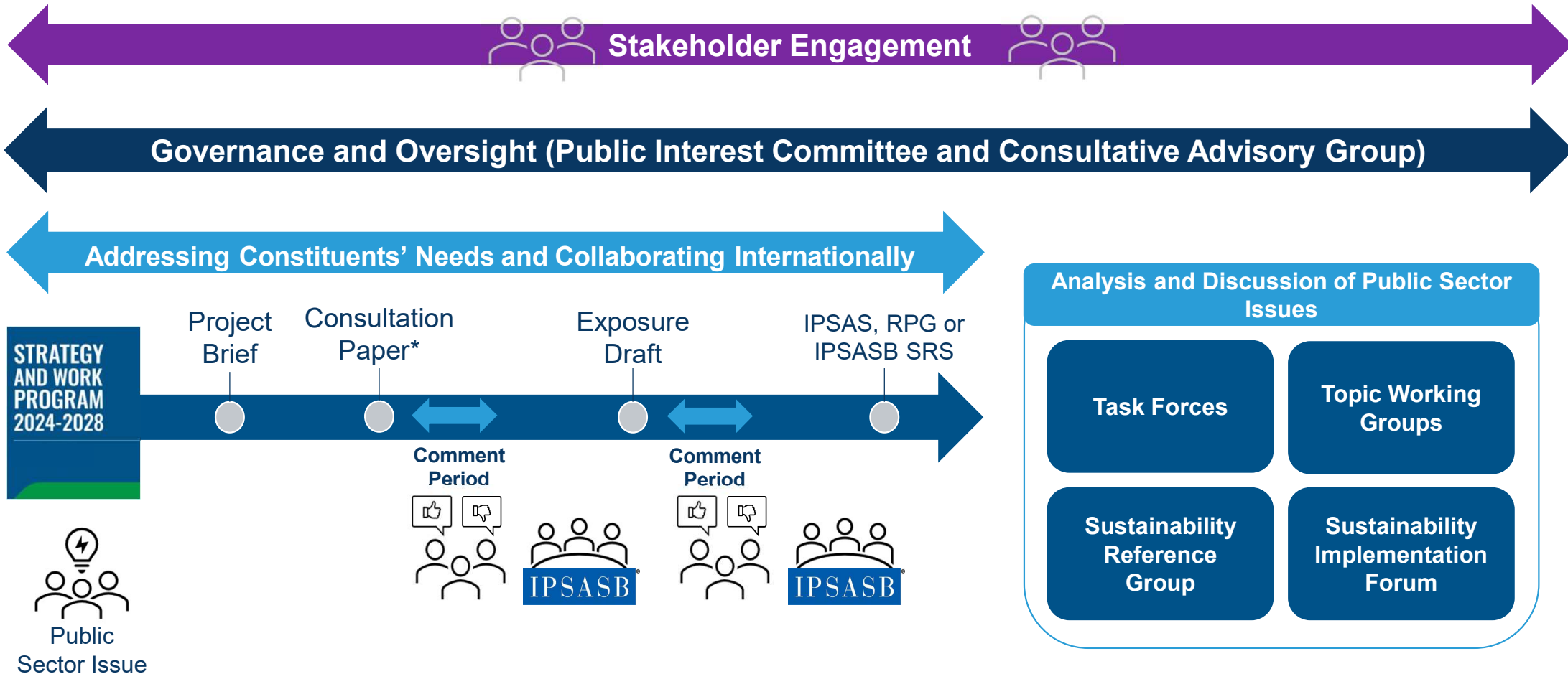
- Raising Awareness
- Building Alliances
- Supporting Jurisdictional, Regional & International Initiatives



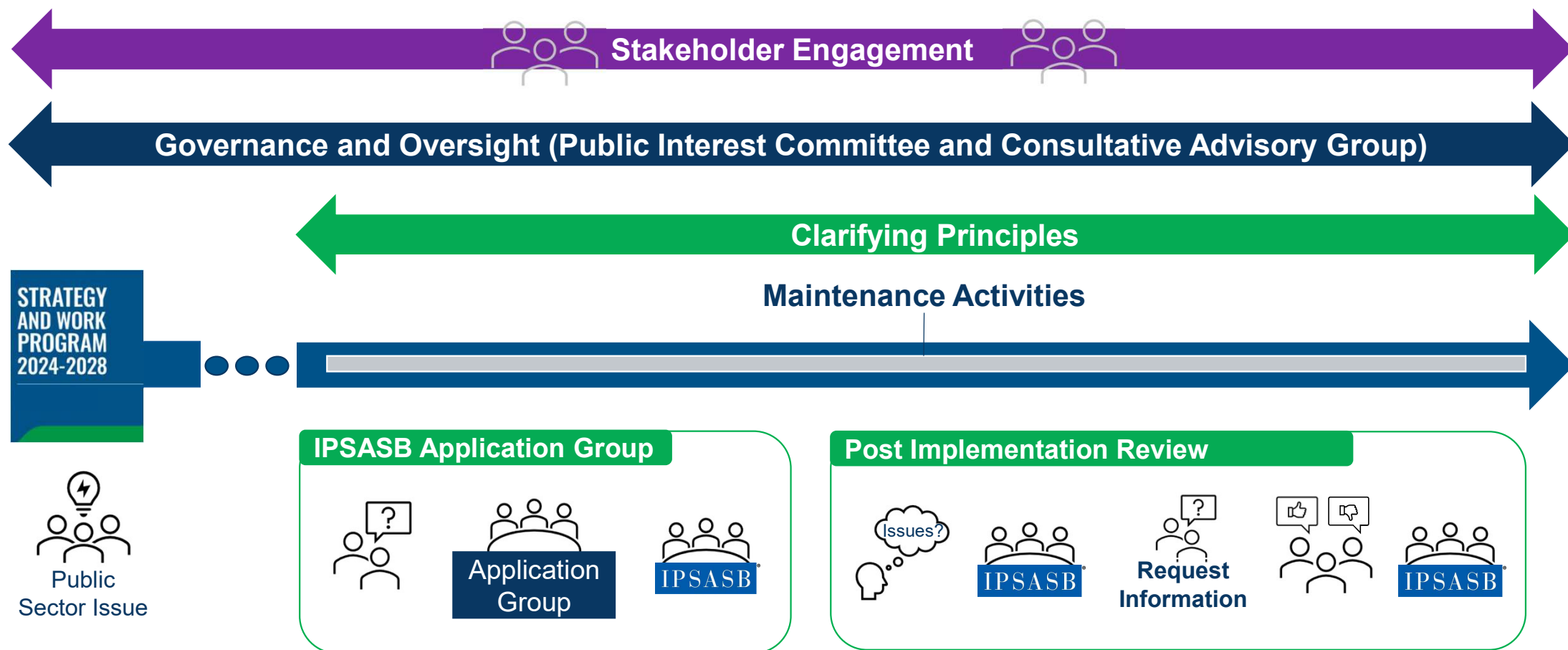
Delivering Global Standards (High-Level)



Delivering Global Standards (Drill Down)



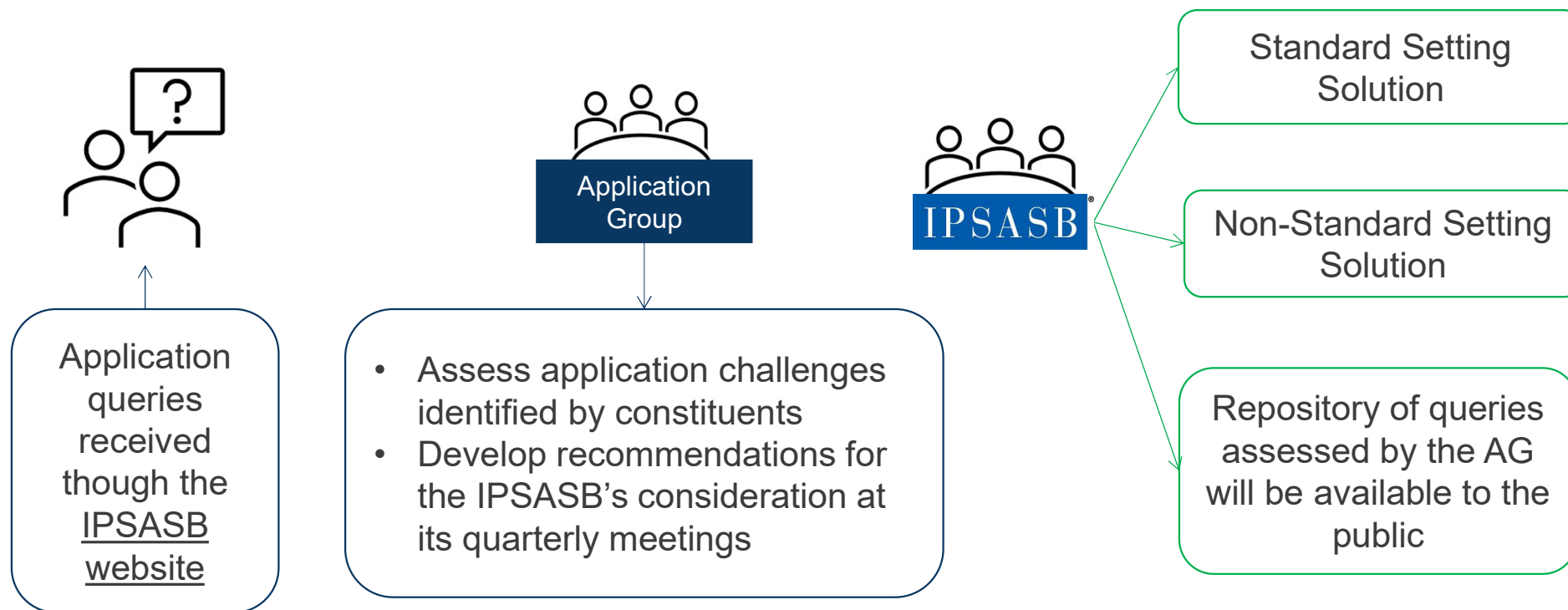
Delivering Global Standards (Drill Down)





Maintenance Activities – Work Program

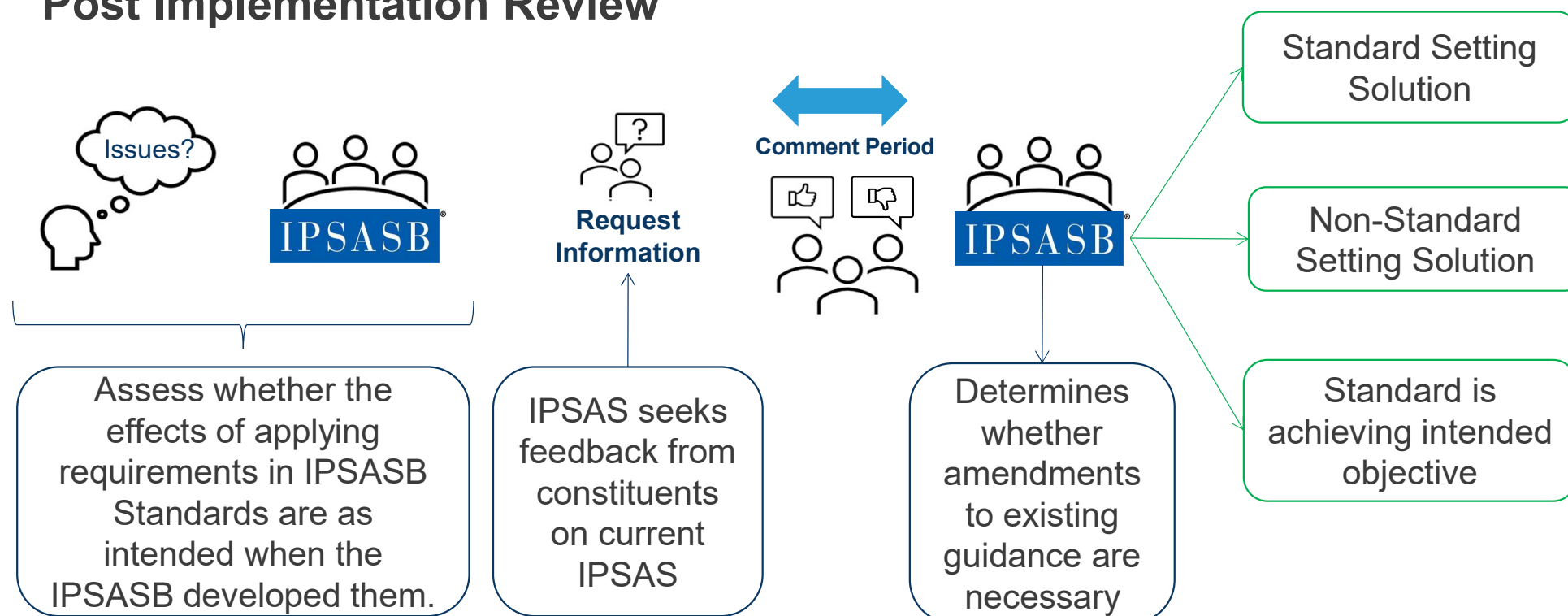
IPSASB Application Group



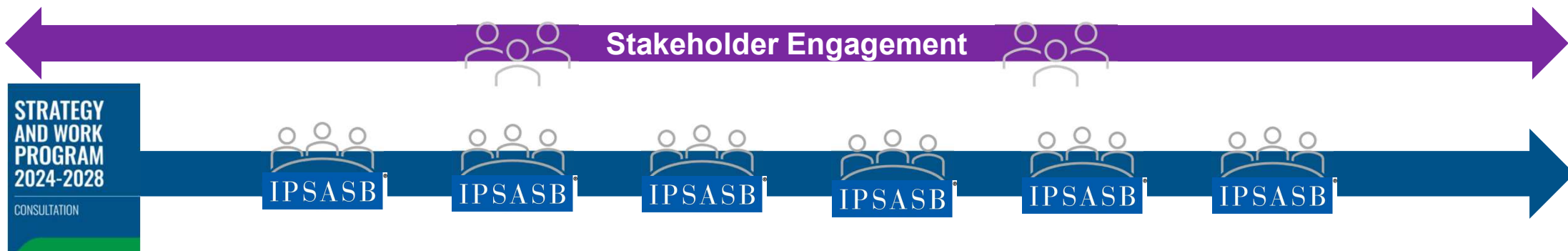


Maintenance Activities – Work Program

Post Implementation Review

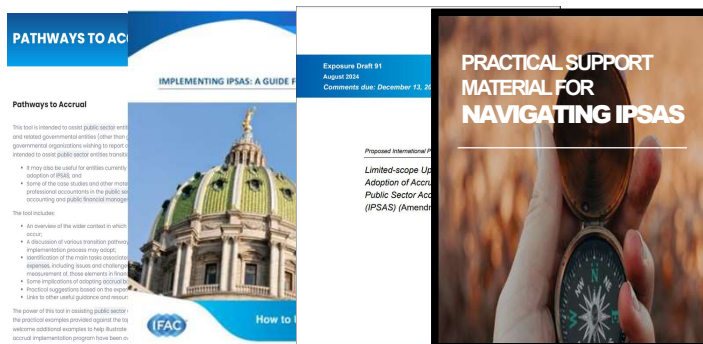


Inspiring Adoption And Implementation



Raising Awareness

Participating/Collaborating in outreach programs



Building Alliances

Partnering with global organizations to support capacity building

Supporting* Initiatives

Developing Publication Materials



* Jurisdictional, Regional & International Initiatives

49

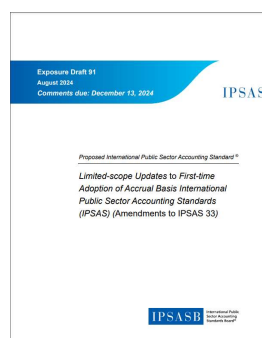
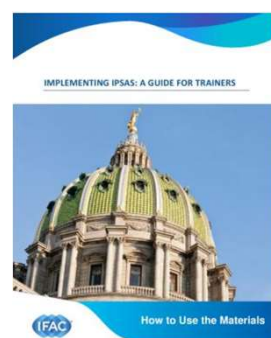
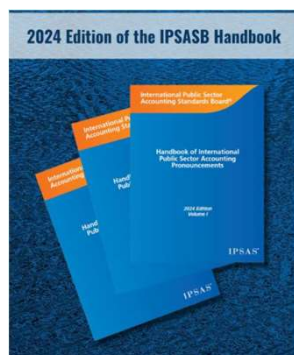


IPSASB Work Program

Projects	Public Sector Specific	International Alignment
Sustainability: Climate-related Disclosures	☒	☒ ISSB
Presentation of Financial Statements	☒	☒ IFRS
Tangible Natural Resources	☒	
Measurement - Application Phase	☒	
IPSAS 33 - Limited Scope update	☒	
Making Materiality Judgements	☒	☒ IFRS
Strengthening Linkages between IPSAS and GFSM	☒	☒ GFS
Maintenance Activities (Application TF & PIRS)	☒	☒ IFRS

GFSM = Government Finance Statistics Manual

Links to IPSASB's Materials



Coming Soon



Coming Soon



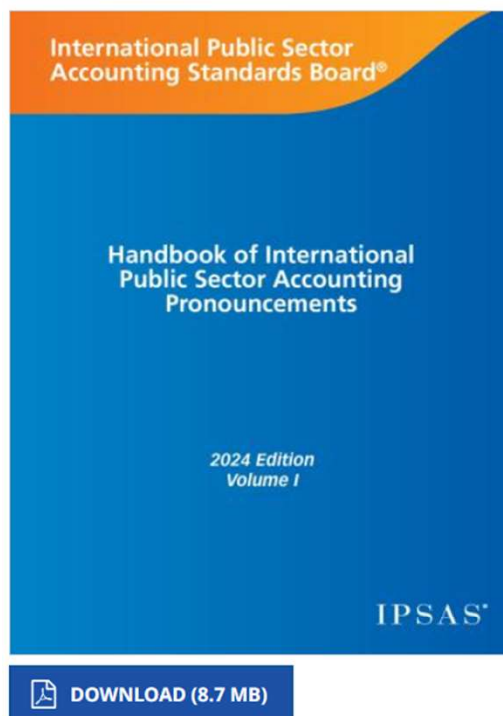
5 Programa de trabalho - IPSASB



<https://www.ipsasb.org/publications/2022-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements>

5 Programa de trabalho

TABLE OF CONTENTS VOLUME I



	Page
Preface to International Public Sector Accounting Standards	11
The Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities	16
IPSAS 1—Presentation of Financial Statements	100
IPSAS 2—Cash Flow Statements	143
IPSAS 3—Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors	163
IPSAS 4—The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates	184
IPSAS 5—Borrowing Costs	205
IPSAS 6—Consolidated and Separate Financial Statements	223
IPSAS 7—Investments in Associates	224
IPSAS 8—Interests in Joint Ventures	225
IPSAS 9—Revenue from Exchange Transactions	226
IPSAS 10—Financial Reporting in Hyperinflationary Economies	245
IPSAS 11—Construction Contracts	258
IPSAS 12—Inventories	277
IPSAS 13—Leases	291
IPSAS 14—Events after the Reporting Date	316
IPSAS 15—Financial Instruments: Disclosure and Presentation	329
IPSAS 16—Investment Property	330
IPSAS 17—Property, Plant, and Equipment	355
IPSAS 18—Segment Reporting	383
IPSAS 19—Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets	406
IPSAS 20—Related Party Disclosures	444
IPSAS 21—Impairment of Non-Cash-Generating Assets	459

<https://www.ipsasb.org/publications/>

5 Programa de trabalho - IPSASB

The screenshot displays the IPSASB website. On the left, a blue banner reads 'E-INTERNATIONAL STANDARDS' and 'ACCESS THE IPSASB AND PRONOUNCEMENT CONVENIENT DIGITALLY'. A 'View Now' button is highlighted with a mouse cursor. Below the banner, the URL <https://www.ipsasb.org/s> is shown. The main content area features the title 'International Standards' and a description of the work of the international, independent standard-setting boards. A list of links for IAASB eHandbook, IESBA eCode, and IPSASB eHandbook is provided. A video player on the right shows a person working on a laptop, with a play button icon and the text 'Watch a quick tour of using the standards'.

E-INTERNATIONAL STANDARDS

ACCESS THE IPSASB AND PRONOUNCEMENT CONVENIENT DIGITALLY

[View Now](#)

<https://www.ipsasb.org/s>

elS IAASB IESBA IPSASB

International Standards

Watch a quick tour of using the standards

IAASB
eHandbook

IESBA
eCode

IPSASB
eHandbook

The work of the international, independent standard-setting boards supports the global economy and financial markets by producing high-quality, global standards for audit and assurance, professional ethics, public sector financial reporting, and professional skills and competencies.

5 Programa de trabalho - IPSASB

Navegar
entre as
IPSAS

IPSASB 2022

- INTRODUCTION TO INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR Accounting Standards
- The Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting...
- IPSAS 1—Presentation of Financial Statements
- IPSAS 2—Cash Flow Statements
- IPSAS 3—Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors
- IPSAS 4—The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates
- IPSAS 5—Borrowing Costs
- IPSAS 6—Consolidated and Separate Financial Statements
- IPSAS 7—Investments in Associates
- IPSAS 8—Interests in Joint Ventures
- IPSAS 9—Revenue from Exchange Transactions
- IPSAS 10—Financial Reporting in Hyperinflationary Economies

Get PDF

Permissions policy

Contact us

✉ Contact Us

FAQs

Search

AA ↺ ↻

2022 CURRENT VERSION

IPSASB

Objective

1. The objective of this Standard is to prescribe the accounting treatment for property, plant, and equipment so that users of financial statements can discern information about an entity's investment in its property, plant, and equipment and the changes in such investment. The principal issues in accounting for property, plant, and equipment are (a) the recognition of the assets, (b) the determination of their carrying amounts, and (c) the depreciation charges and impairment losses to be recognized in relation to them.

Scope

2. **An entity that prepares and presents financial statements under the accrual basis of accounting shall apply this Standard in accounting for property, plant, and equipment, except:**
 - (a) **When a different accounting treatment has been adopted in accordance with another IPSAS; and**
 - (b) **In respect of heritage assets. However, the disclosure requirements of paragraphs 88, 89, and 92 apply to those heritage assets that are recognized.**
3. [Deleted]
4. [Deleted]
5. This Standard applies to property, plant, and equipment including:
 - (a) Weapons systems;
 - (b) Infrastructure assets; and
 - (c) Service concession arrangement assets after initial recognition and measurement in accordance with IPSAS 32, *Service Concession Arrangements: Grantor*.

Navegar
dentro
de uma
norma

5 Programa de trabalho - IPSASB



IPSAS 17—PROPERTY, PLANT, AND EQUIPMENT

Informações complementares:

- Bases para conclusão
- Guias de aplicação
- Exemplos ilustrativos

Basis for Conclusions

This Basis for Conclusions accompanies, but is not part of, IPSAS 17.

Implementation Guidance

This guidance accompanies, but is not part of, IPSAS 17.

Illustrative Example

Role of Public Sector in Climate Action



Overview of Proposed Disclosures

Own Operations



Climate-related risks and opportunities that could affect the entity's day-to-day activities



Includes all public sector activities such as policy design, implementation, and service delivery



Aligned with disclosure requirements of the **IFRS S2**

Public Policy Programs



Climate-related public policy programs and their outcomes



Any public policy programs such as laws or regulation, taxes, subsidies, **with a primary objective to achieve climate-related outcomes**



Only required for entities **responsible** for the outcomes of a climate-related public policy program

Examples

Own operations



**Ministry of
Transport**



Identifies flood-prone areas to
elevate roads & reinforce bridges



Provides disclosures as a
part of its **own operations**

Climate-related Public Policy Programs



**Ministry of
Environment**



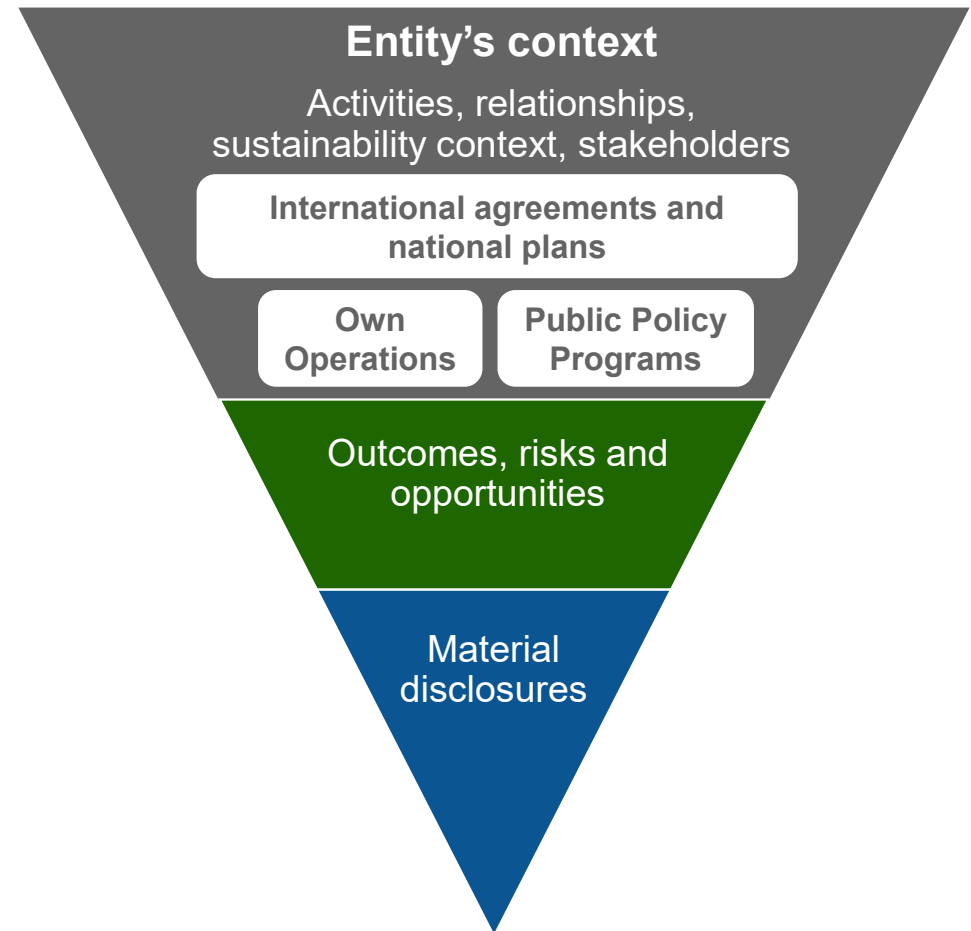
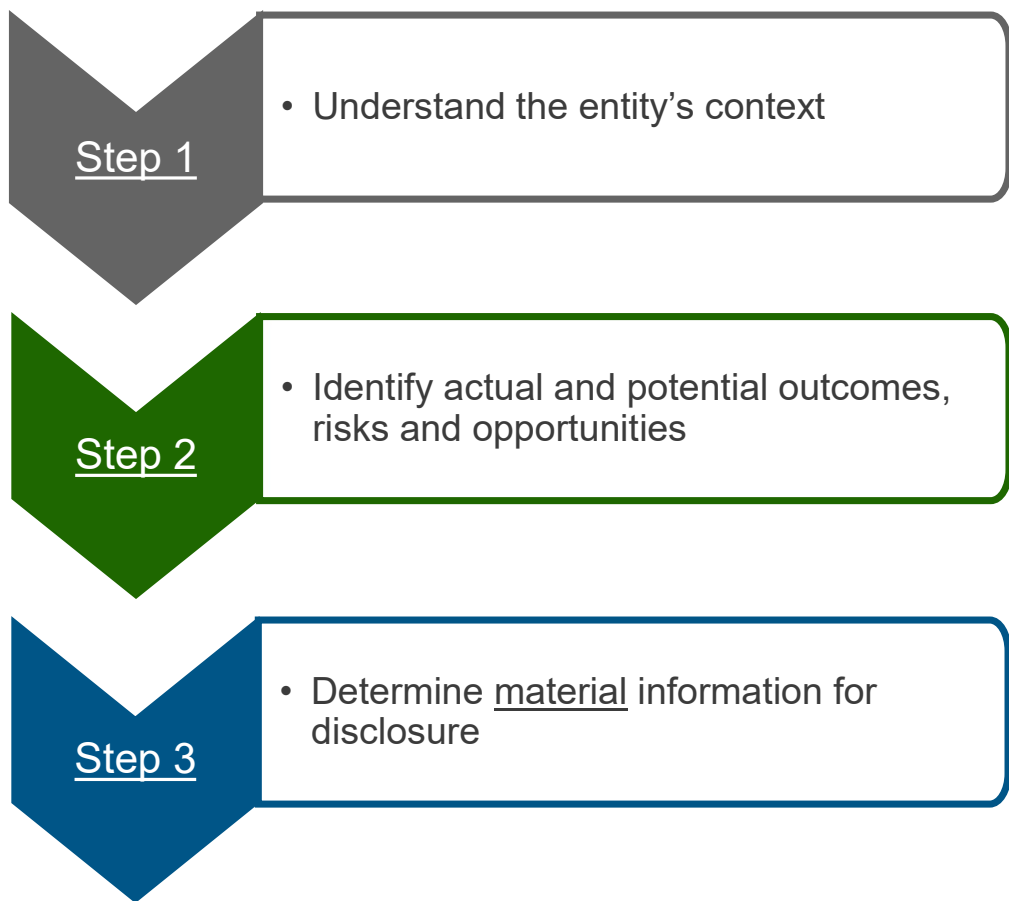
Issues a legal requirement for all
new vehicles to be EV by 2035



Provides disclosures about
its **own operations**

Provides disclosures on the
climate-related public policy
program and outcomes

IPSASB – Determining material information



5

Programa de trabalho - IPSASB



Join at [menti.com](https://www.menti.com) | use code 3791 1849

Mentimeter

Em uma escala entre 0 (nenhum acesso) e 10 (acesso frequente), o quanto você **costuma acessar** as páginas na internet ou manuais para se informar:

Site IPSASB - mudanças nas normas internacionais

Site CFC - NBC TSP - atualizações

Site - Tribunal de Contas

MDF - STN

MCASP - STN

SICONFI - STN

SADIPEM - STN

Acessar com a câmera do celular apontada para o QR-CODE, ou acesse o site <https://www.menti.com> e use o código apresentado



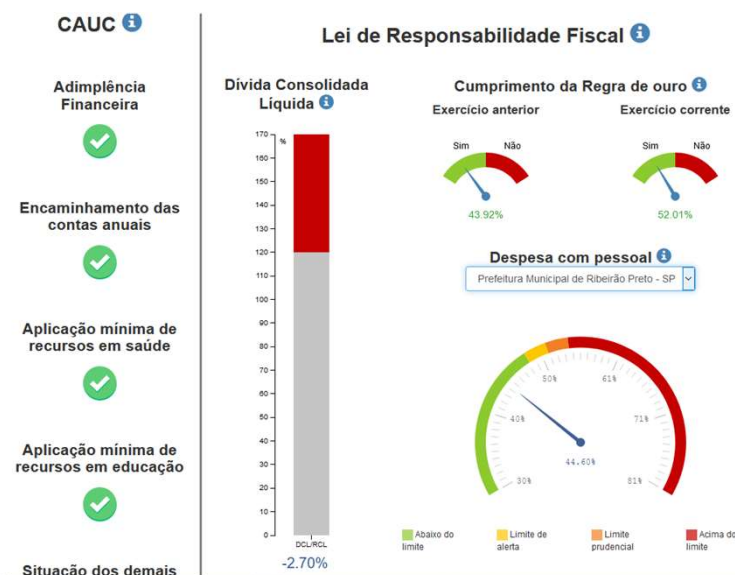
6

Usos da informação contábil

Monitoramento das contas no país

Capacidade de Pagamento (CAPAG)

Estados e Municípios



CAPAG - Capacidade de Pagamento ⓘ



<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

6

Usos da informação contábil

Consolidação Nacional - Balanço do Setor Público Nacional

Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) publicado (publicação no DOU)

Histórico

Periodicidade: **Anual**

Ano:

2023

Anual

Publicado em 28/06/2024

 Balanço

Publicação oficial da STN que contempla a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas públicas dos entes da Federação, conforme o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de 2010 em diante.

Para anos anteriores, acesse [Consolidação das Contas Públicas](#). Também está disponível a [série temporal, de 2000 a 2012](#).

Para acesso completo e detalhado sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) referente a cada exercício (2014 em diante), [clique aqui](#).



BSPN 2023

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn-publicado-publicacao-no-dou/2023/114>

6 Usos da informação contábil

Consolidação Nacional - Balanço do Setor Público Nacional

Quantidade de municípios que participaram da consolidação

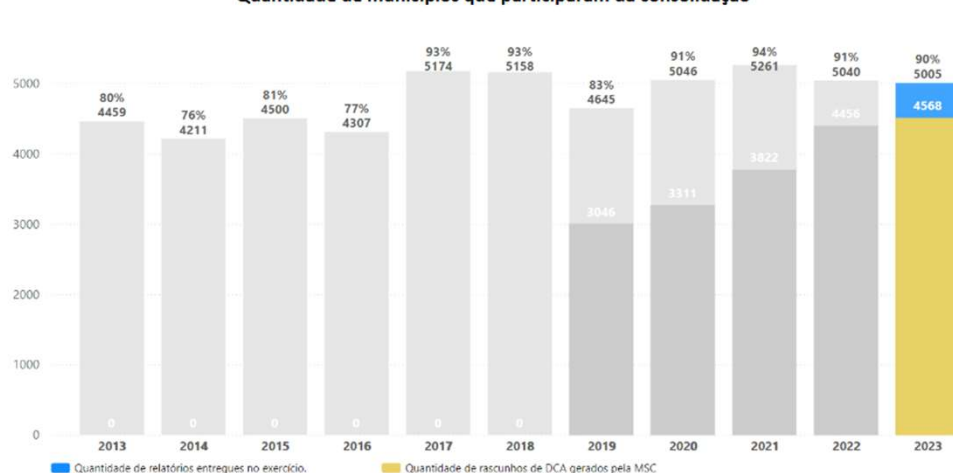


Gráfico 4 – Quantidade de municípios que participaram da consolidação desde 2015.

Quantidade de Estados/Distrito Federal que participaram da consolidação

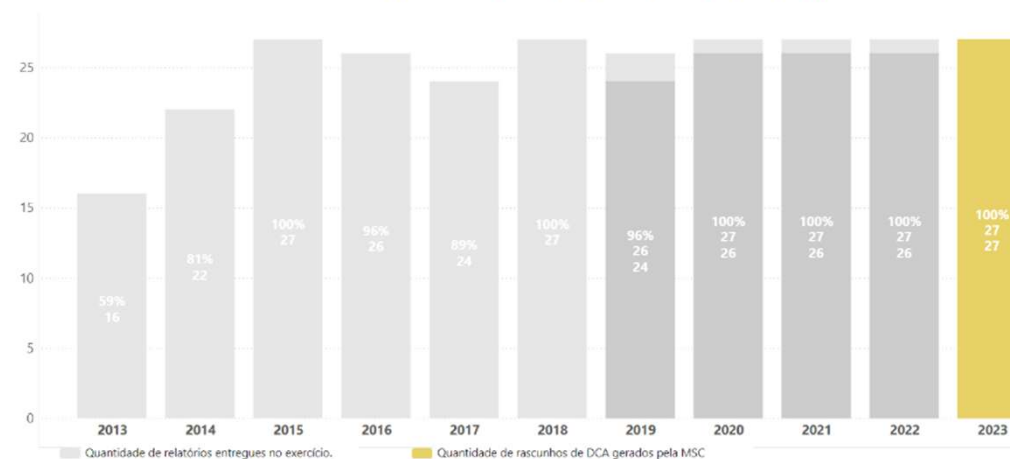


Gráfico 3 – Quantidade de Estados/DF que participaram da consolidação desde 2013.

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn/2022/114>

6 Usos da informação contábil

Consolidação Nacional - Balanço do Setor Público Nacional

BSPN 2022								
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO) - VALORES COM EXCLUSÕES ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)								
ATIVO	UNIÃO		ESTADOS		MUNICÍPIOS		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.942.028	1.831.414	318.491	281.849	263.599	218.802	2.524.118	2.332.065
Créditos a Curto Prazo	219.219	99.634	100.761	71.377	63.637	57.081	383.617	228.092
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	30.686	101.909	93.346	73.168	36.506	34.186	160.538	209.263
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.552	2	45.706	48.378	140.973	130.881	188.231	179.261
Estoques	42.451	37.975	22.256	19.804	17.258	13.618	81.965	71.397
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	127	127	116	116	176	138	419	381
Ativo Biológico	0	0	0	0	0	0	0	0
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	177	157	4.753	4.324	155	110	5.085	4.591
Total do Ativo Circulante	2.236.240	2.071.218	585.429	499.016	522.304	454.816	3.343.973	3.025.050
Ativo Não Circulante								
Realizável a Longo Prazo	1648334	1.631.668	411657	422.150	367376	328.876	2427367	2.382.694
Créditos a Longo Prazo	1.544.892	1.540.077	370.990	393.158	352.352	318.134	2.268.234	2.251.369
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	45.514	36.510	26.137	22.766	7.323	7.844	78.974	67.120
Investimentos Temporários a Longo Prazo	57.893	55.049	10.027	3.320	7.446	2.775	75.366	61.144
Estoques	2	0	667	496	239	119	908	615
Ativo Biológico	0	0	37	0	0	0	37	0
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	33	32	3.799	2.410	16	4	3.848	2.446
Investimentos	540.316	504.991	212.803	191.336	22.428	17.116	775.547	713.443
Imobilizado	1.840.893	1.761.356	624.667	549.353	624.110	541.079	3.089.670	2.851.788
Intangível	12.785	12.392	7.483	5.606	808	624	21.076	18.622
Diferido	0	0	0	0	2	1	2	1
Total do Ativo Não Circulante	4.042.328	3.910.407	1.256.610	1.168.445	1.014.724	887.696	6.313.662	5.966.548
TOTAL DO ATIVO	6.278.568	5.981.625	1.842.039	1.667.461	1.537.028	1.342.512	9.657.635	8.991.598

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn/2022/114>

6 Usos da informação contábil

BSPN 2022								
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO) - VALORES COM EXCLUSÕES ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)								
	UNIÃO		ESTADOS		MUNICÍPIOS		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
PASSIVO								
Passivo Circulante								
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	104.178	95.180	32.284	33.929	20.878	20.485	157.340	149.594
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.675.394	1.697.115	17.682	39.788	4.957	4.020	1.698.033	1.740.923
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.966	6.405	41.133	63.180	27.360	23.742	75.459	93.327
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9	13	363	374	127	184	499	571
Transferências Fiscais a Curto Prazo	6.248	4.896	410	320	121	69	6.779	5.285
Provisões a Curto Prazo	209.393	165.856	24.256	6.841	1.109	924	234.758	173.621
Demais Obrigações a Curto Prazo	115.010	79.350	66.780	77.664	20.815	21.678	202.605	178.692
Total do Passivo Circulante	2.117.198	2.048.815	182.908	222.096	75.367	71.102	2.375.473	2.342.013
Passivo Não Circulante								
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	18.434	7.943	43.803	38.300	48.114	42.533	110.351	88.776
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	6.433.171	5.949.370	237.835	252.364	56.543	55.764	6.727.549	6.257.498
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	386	585	41.531	38.052	19.029	18.162	60.946	56.799
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	30	34	2.063	2.067	991	1.447	3.084	3.548
Transferências Fiscais a Longo Prazo	0	0	310	364	0	23	310	387
Provisões a Longo Prazo	3.302.105	3.310.760	1.496.186	1.547.646	521.060	547.300	5.319.351	5.405.706
Demais Obrigações a Longo Prazo	27.621	94.465	53.857	53.613	14.588	14.450	96.066	162.528
Resultado Diferido	742	2	28.316	26.691	916	479	29.974	27.172
Total do Passivo Não Circulante	9.782.489	9.363.159	1.903.901	1.959.097	661.241	680.158	12.347.631	12.002.414
TOTAL DO PASSIVO	11.899.687	11.411.974	2.086.809	2.181.193	736.608	751.260	14.723.104	14.344.427
Patrimônio Líquido								
Patrimônio Social e Capital Social	4.056	4.056	37.214	26.869	52.588	55.641	93.858	86.566
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	2.532	2.051	59	77	2.591	2.128
Reservas de Capital	17	17	429	913	105	205	551	1.135
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1	1	2.180	(1.279)	3.929	3.495	6.110	2.217
Reservas de Lucros	0	0	89	61	(77)	125	12	186
Demais Reservas	551	391	9.911	6.585	5.819	918	16.281	7.894
Resultados Acumulados	(5.624.350)	(5.433.420)	(297.125)	(548.932)	738.000	530.791	(5.183.475)	(5.451.561)
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	(1.394)	(1.394)	0	0	(3)	0	(1.397)	(1.394)
Total do Patrimônio Líquido	(5.621.119)	(5.430.349)	(244.770)	(513.732)	800.420	591.252	(5.065.469)	(5.352.829)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.278.568	5.981.625	1.842.039	1.667.461	1.537.028	1.342.512	9.657.635	8.991.598

6

Usos da informação contábil

Consolidação Nacional - Balanço do Setor Público Nacional

BSPN 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO NACIONAL)

		R\$ milhões	
	Nota	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25	2.362.144	1.776.992
Contribuições	26	1.180.155	1.056.814
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	27	267.728	181.625
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	28	992.553	953.633
Transferências e Delegações Recebidas	29	71.965	129.746
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	30	420.222	535.668
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31	1.950.404	1.578.747
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		7.245.171	6.213.225
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	32	874.904	767.314
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33	1.502.530	1.321.290
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	34	681.362	544.321
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	35	1.227.345	1.213.973
Transferências e Delegações Concedidas	36	132.878	161.666
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	37	969.523	589.330
Tributárias	38	10.992	9.685
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	39	7.177	6.680
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	40	1.667.201	1.620.261
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		7.073.912	6.234.520
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		171.259	(21.295)

6

Usos da informação contábil

XXXII SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2025
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Join at menti.com | use code 3791 1849

Mentimeter

Quais as **maiores dificuldades** para organizar a informação contábil em sua entidade?

Tamanho da equipe contábil

Falta de apoio interno

Softwares

Treinamentos

Complexidade das normas

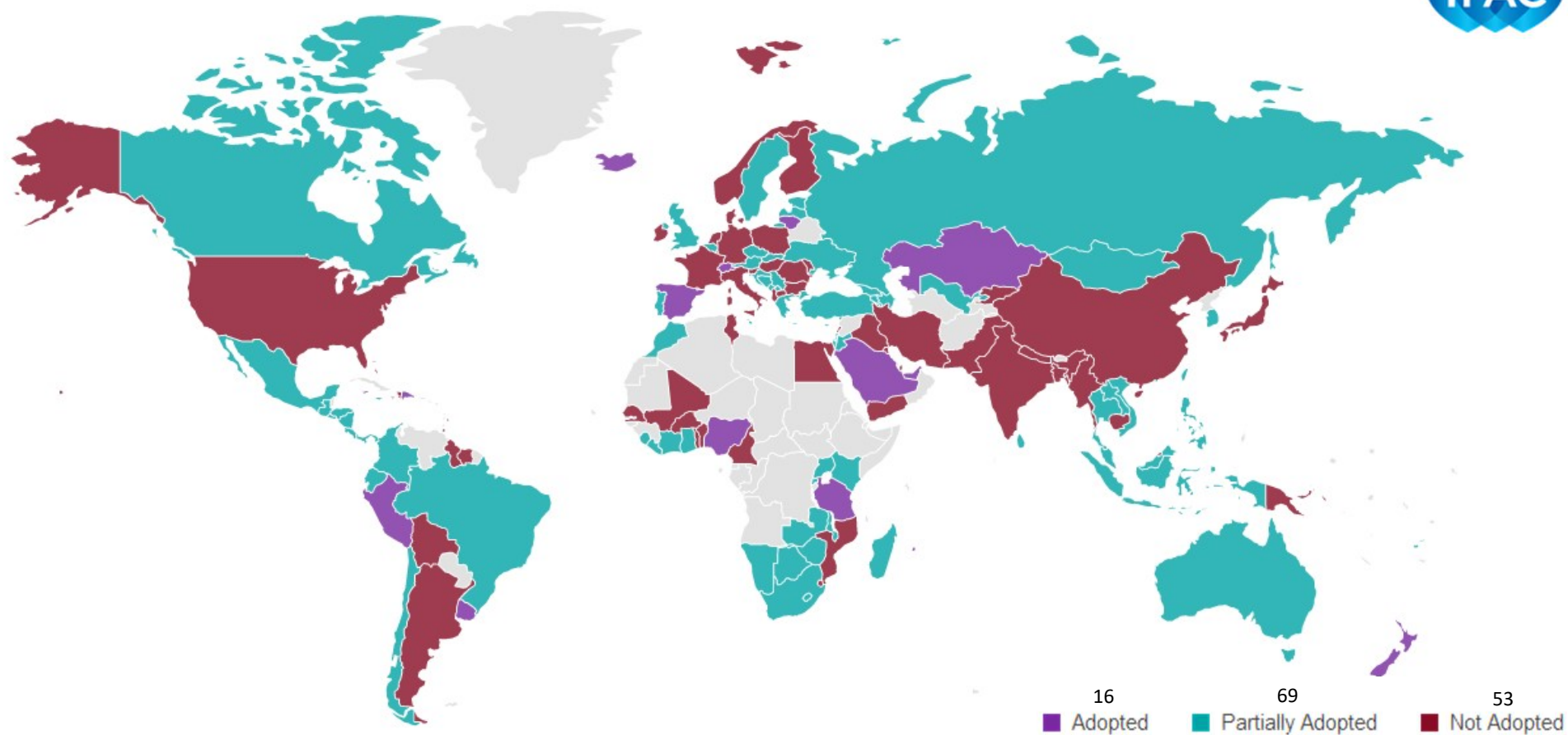
Falta de apoio externo

Acessar com a câmera do celular apontada para o QR-CODE,
ou acesse o site <https://www.menti.com> e use o código
apresentado



7 Outros padrões internacionais de contabilidade

IPSAS



<https://www.ifac.org/what-we-do/global-impact-map/adoption-status?report-type=international-public-sector-accounting-standards>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

IPSAS

Tabela 2. Internacionalização contábil na América Latina

País	Data do Início do processo (decisão)	Early/Later adopters (2008)	Data da primeira norma publicada	Prazos de adoção	Tipo de adoção	Delimitação	Classificação IFAC
Guatemala	1997	<i>Early</i>	2019	Gradual	Indireto	Governos Locais não obrigados	Adotante
Peru	2002	<i>Early</i>	2002	Gradual	Direto	Total	Adotante
Uruguai	2002	<i>Early</i>	2002	Gradual	Direto	Total	Adotante
Colômbia	2004	<i>Early</i>	2007	Universal	Indireto	Total	Parcial
Honduras	2004	<i>Early</i>	2014	Gradual	Direto	Total	Adotante
México	2004	<i>Early</i>	2008	Gradual	Indireto	Total	Parcial
Brasil	2005	<i>Early</i>	2008	Universal, depois mudou para gradual	Indireto	Prazos longos para Governos Locais	Parcial
Costa Rica	2007	<i>Early</i>	2007	Gradual	Direto	Prazos longos para Governos Locais	Parcial
Argentina	2008	<i>Later</i>	2008	Gradual	Indireto	Voluntário	Não adotante
República Dominicana	2009	<i>Later</i>	2009	NA	Direto	Total	Adotante
Chile	2011	<i>Later</i>	2015	Gradual	Indireto	Governo Central	Parcial
Venezuela	2011	<i>Later</i>	2011	Gradual	Indireto	Gradual	NA
El Salvador	2014	<i>Later</i>	2016	Gradual	Direto	Governo Central	Não adotante
Equador	2014	<i>Later</i>	2019	Gradual	Indireto	Total	Adotante
Nicarágua	2014	<i>Later</i>	2014	Gradual	Indireto	Total	Não adotante
Panamá	2014	<i>Later</i>	2014	Universal	Direto	Total	Adotante
Paraguai	2015	<i>Later</i>	2015	Gradual	Indireto	Total	Não adotante

Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações obtidas da revisão documental.

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

EPSAS

O processo começou com uma consulta pública sobre a adequação das IPSAS. **A principal conclusão foi que as IPSAS**, tal como se encontravam na altura, **eram consideradas** pela maioria dos Estados-Membros da UE como **inadequadas para implementação na EU**... Com base nisso, **a CE decidiu que o caminho correto a seguir era desenvolver um novo conjunto de normas europeias**, apesar de ter adotado as IPSAS para seu próprio relato financeiro (...) ao mesmo tempo, dois estudos (EY, 2012; PwC, 2014) confirmaram a alta **heterogeneidade da contabilidade do setor público nos países membros** e a variação considerável em sua maturidade contábil em comparação com as IPSAS.

Cohen, S., Manes Rossi, F., & Brusca, I. (2021). Public sector accounting harmonization in the European Union through the lens of the garbage can model. *Financial Accountability & Management*, 39(3), 471–492. <https://doi.org/10.1111/faam.12348>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

EPSAS

- Pressões internacionais por padronização (FMI, Nações Unidas, OECD, Banco Mundial, IPSASB, Big Four, Accountancy Europe)
- Resistência (inicial) às IPSAS
- Busca por um padrão contábil próprio (EPSAS)
- Divergências quanto ao escopo do que seriam as EPSAS (principalmente: regras fiscais e processo orçamentário local por regime de caixa, e foco em padrões de contabilidade financeira)
- Desalinhamento com o framework “six pack” de 2011 – pacote de governança econômica (harmonização orçamentária e fiscal)
- Dificuldades na adoção *top-down* padronizado na Europa – contextos distintos do ambiente local entre os países.

Natalizi, D. (2022). Public sector accounting contexts in the EPSAS change: A comparative study of Italy and Sweden. *International Review of Administrative Sciences*, 88(1), 205–224. <https://doi.org/10.1177/0020852319894680>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

EPSAS

→ indica o peso relativo da área específica em comparação com o esforço total para passar de um ambiente contábil baseado em caixa para um ambiente contábil baseado em IPSAS.

Accounting area	IPSAS Standards	Central State Local	
		Scoring points	Weight
Reporting	IPSAS 1, IPSAS 2, IPSAS 3, IPSAS 18, IPSAS 20, IPSAS 22, IPSAS 24	12	12%
Consolidation	IPSAS 34, IPSAS 35, IPSAS 36, IPSAS 37, IPSAS 38	7	7%
Fixed assets	IPSAS 5, IPSAS 13, IPSAS 17, IPSAS 21, IPSAS 23, IPSAS 26, IPSAS 32	33	33%
Intangible assets	IPSAS 31	2	2%
Inventories	IPSAS 12	3	3%
Revenue	IPSAS 9, IPSAS 23	14	14%
Accruals and expenses	IPSAS 1	18	18%
Employee benefits	IPSAS 39	5	5%
Provisions	IPSAS 19	2	2%
Financial instruments	IPSAS 28, IPSAS 29, IPSAS 30	4	4%
Total		100	100%

<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/9101903/9700113/Updated-accounting-maturities-and-EPSAS-implementation-cost-June+2020.pdf>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

EPSAS

→ A **maturidade de TI** reflete o grau de maturidade dos sistemas e infraestrutura de TI de um governo com relação à sua capacidade de apoiar uma implementação de contabilidade de exercício completa com as IPSAS sendo tomadas como substitutas das EPSAS

Accounting area	IPSAS Standards	Central State Local	
		Scoring points	Weight
Reporting	IPSAS 1, IPSAS 2, IPSAS 3, IPSAS 18, IPSAS 20, IPSAS 22, IPSAS 24	12	13%
Consolidation	IPSAS 34, IPSAS 35, IPSAS 36, IPSAS 37, IPSAS 38	7	8%
Fixed assets	IPSAS 5, IPSAS 13, IPSAS 17, IPSAS 21, IPSAS 23, IPSAS 26, IPSAS 32	33	37%
Intangible assets	IPSAS 31	2	2%
Inventories	IPSAS 12	3	3%
Revenue	IPSAS 9, IPSAS 23	7	8%
Accruals and expenses	IPSAS 1	18	20%
Employee benefits	IPSAS 39	5	6%
Provisions	IPSAS 19	-	0%
Financial instruments	IPSAS 28, IPSAS 29, IPSAS 30	2	2%
Total		89	100%

<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/9101903/9700113/Updated-accounting-maturities-and-EPSAS-implementation-cost-June+2020.pdf>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

EPSAS

Dimensões de comparação da convergência contábil entre Brasil e Portugal

Dimensão comparativa	Brasil	Portugal
Processo de convergência		
Normas adotadas / em processo de adoção	IPSAS	Tem as IPSAS por base
Data da Adoção	Primeiras normas convergidas publicadas em 2008, com reformulação posterior	Primeiras normas com base nas IPSAS publicadas em 2015
Órgão normatizador	Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional	Comissão de Normalização Contabilística
Estágio da implementação	Os governos seguem um cronograma editado em 2015, com prazo final da implementação até 2024	Os prazos têm sido sistematicamente adiados, sem prazo final definido
Estrutura contábil no país		
Coordenação regional entre os países da região	A América Latina tem adotado a convergência ao padrão IPSAS, porém, com baixa coordenação entre os países. A entidade “Foro de Contadurías Gubernamentales de América Latina (FOCAL)” tem atuado na disseminação dos conteúdos	O padrão IPSAS não é obrigatório na União Europeia, estando em desenvolvimento as EPSAS
Software contábil	Não há software unificado. O modelo dominante é de terceirização, sobretudo em Prefeituras	Apenas há software unificado em parte da administração

Bilhim, J. A. de F., Azevedo, R. R. de, & Santos, P. G. dos. (2022). Reformas do Setor Público e Mudanças na Contabilidade Pública. *Revista Contabilidade Gestão e Governança*, 25(esp), 388–397. <https://doi.org/10.51341/cgg.v25iesp.3012>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

Modelo Americano: GASB, FASB, FASAB



<https://www.gasb.org>

GASB: O Conselho de Normas Contábeis Governamentais (GASB) emite padrões que se aplicam aos governos estaduais e locais.

Produtos:

- **Statements of Governmental Accounting (101) Standards Concepts Statements**
- **GASB Interpretations**
- **GASB Technical Bulletins**
- **GASB Implementation Guides**

Ex. **Statement 51** - Accounting and Financial Reporting for Intangible Assets

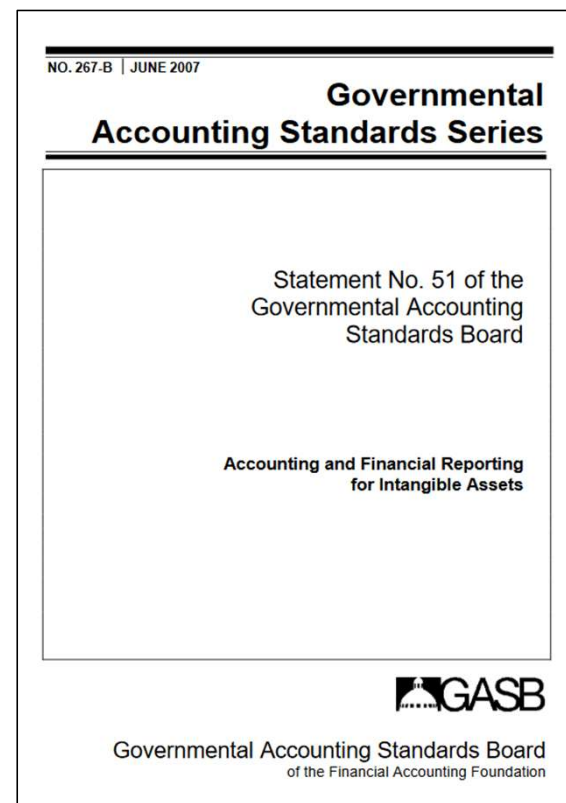
Statement No. 51

Accounting and Financial Reporting for Intangible Assets

Effective Date: For periods beginning after June 15, 2009

(Issued 06/07)

[\[Full Text\]](#) [\[Summary\]](#) [\[Status\]](#)



7 Outros padrões internacionais de contabilidade

Modelo Americano: GASB, FASB, FASAB

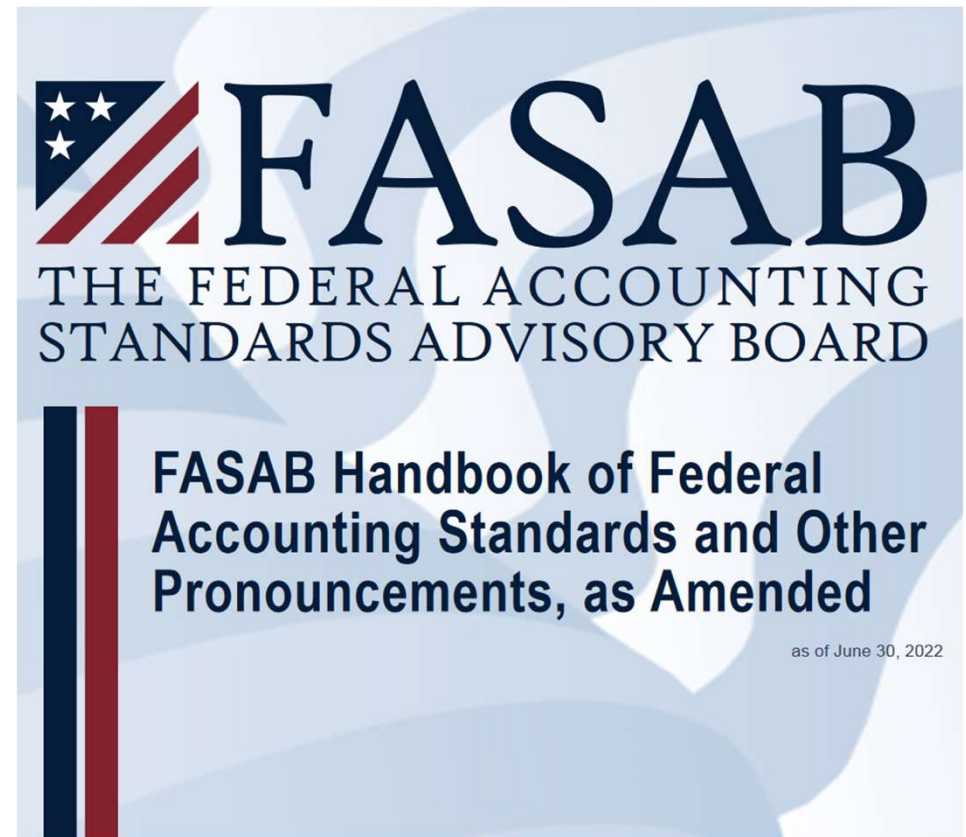


<https://fasab.gov>

FASAB: O Conselho Consultivo de Normas Contábeis Federais emite padrões que se aplicam para entidades públicas federais.

Produtos:

- Standards & Guidance
- SAFFAC - Statements of Federal Financial Accounting Concepts



https://files.fasab.gov/pdf/2022_FASAB_Handbook.pdf

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

Modelo Americano: GASB, FASB, FASAB



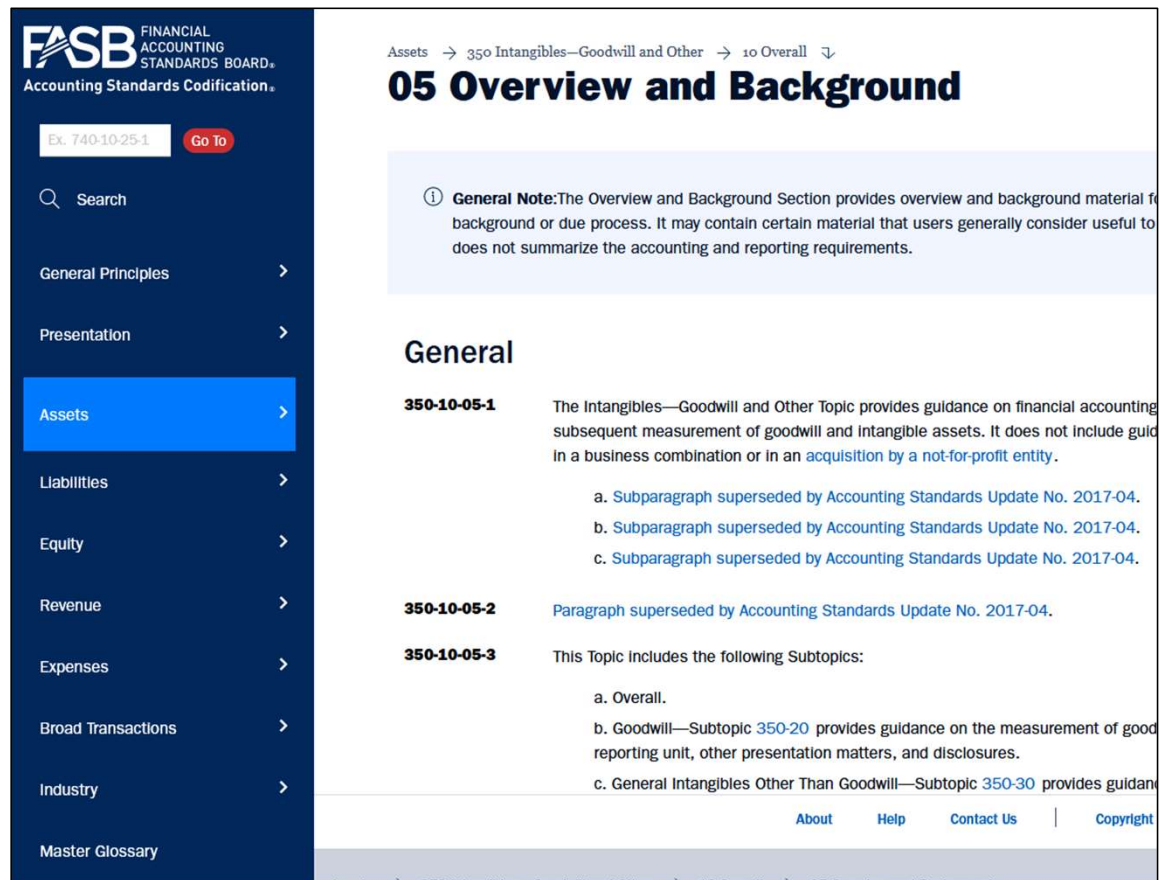
<https://fasb.org>

Os padrões **FASB** são criados pelo Financial Accounting Standards Board (FASB) e se aplicam a todas as empresas públicas e privadas e sem fins lucrativos (atenção para a correta interpretação do campo de aplicação). Reconhecido pela SEC Americana.

Produtos:

- Accounting Standards Codification
- Concept Statements

Ex. **350 Intangibles—Goodwill and Other**



FASB FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD
Accounting Standards Codification

Ex. 740-10-25-1 **Go To**

Search

General Principles >

Presentation >

Assets >

Liabilities >

Equity >

Revenue >

Expenses >

Broad Transactions >

Industry >

Master Glossary

Assets → 350 Intangibles—Goodwill and Other → 10 Overall ↓

05 Overview and Background

① **General Note:** The Overview and Background Section provides overview and background material for background or due process. It may contain certain material that users generally consider useful to does not summarize the accounting and reporting requirements.

General

350-10-05-1 The Intangibles—Goodwill and Other Topic provides guidance on financial accounting subsequent measurement of goodwill and intangible assets. It does not include guidance in a business combination or in an acquisition by a not-for-profit entity.

- a. Subparagraph superseded by Accounting Standards Update No. 2017-04.
- b. Subparagraph superseded by Accounting Standards Update No. 2017-04.
- c. Subparagraph superseded by Accounting Standards Update No. 2017-04.

350-10-05-2 Paragraph superseded by Accounting Standards Update No. 2017-04.

350-10-05-3 This Topic includes the following Subtopics:

- a. Overall.
- b. Goodwill—Subtopic 350-20 provides guidance on the measurement of good reporting unit, other presentation matters, and disclosures.
- c. General Intangibles Other Than Goodwill—Subtopic 350-30 provides guidance

About Help Contact Us Copyright

8 Desafios e pontos de atenção

“Era da automatização” das prestações de contas

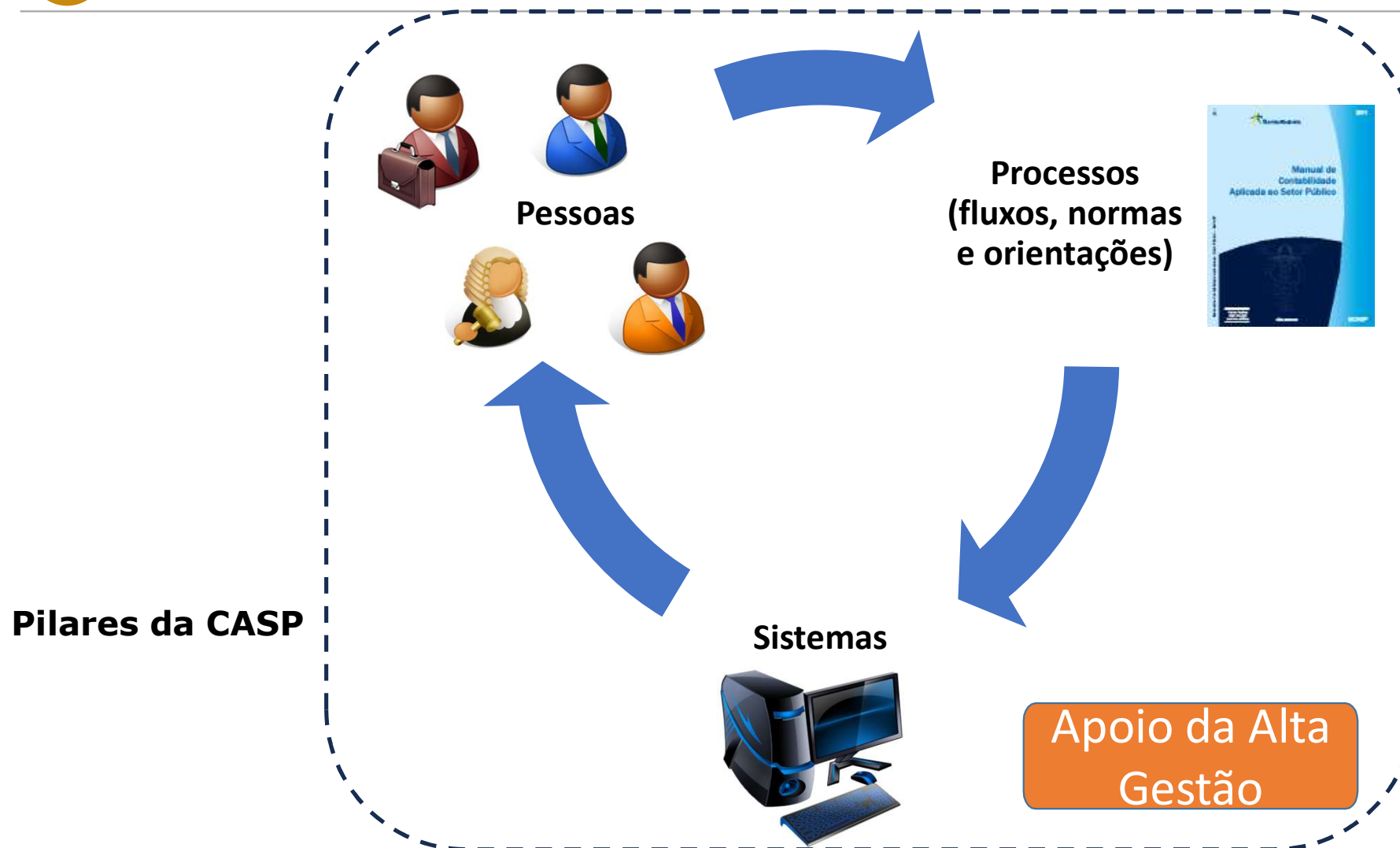
Tribunais de Contas



Prestação de contas federais



8 Desafios e pontos de atenção



8 Desafios e pontos de atenção

“Nova” lei de finanças

TÍTULO I	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
TÍTULO II	DO PLANEJAMENTO
TÍTULO III	DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO
TÍTULO IV	DA EXECUÇÃO
TÍTULO V	DOS CLASSIFICADORES ORÇAMENTÁRIOS
TÍTULO VI	DOS FUNDOS PÚBLICOS
TÍTULO VII	DA CONTABILIDADE
TÍTULO VIII	DO CONTROLE, DOS CUSTOS E DA AVALIAÇÃO
TÍTULO IX	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SENADO FEDERAL



Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009 (Complementar)

(LEI DA QUALIDADE FISCAL – AGENDA BRASIL 2015)

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Nº na Câmara dos Deputados: PLP 295/2016

Assunto: Econômico – Fiscalização e controle.

Natureza: Norma Geral



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLP 295/2016 | Inteiro teor

Projeto de Lei Complementar

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA

Origem: PLS 229/2009

Acessóri de:



Identificação da Proposição

Autor

Senado Federal - Tasso Jereissati - PSDB/CE

Apresentação

21/06/2016

Ementa

Estabelece, com amparo nos arts. 163 e 165, § 9º, da Constituição Federal, normas gerais sobre planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e revoga a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

XXXIII SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2026
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

OBRIGADO(A)!

Organização e Realização:



SECRETARIA DA
FAZENDA

